



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO

PROGRAMA MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS - PROFLETRAS

VANDEBERG PEREIRA ARAÚJO

DEBATENDO O RACISMO RELIGIOSO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Belém – 2024

Vandeberg Pereira Araújo

DEBATENDO O RACISMO RELIGIOSO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentado ao Mestrado Profissional em LETRAS (PROFLETRAS) da Universidade Federal do Pará (UFPA) como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Marilucia Cravo

Belém – 2024

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca do ILC/ UFPA-Belém-PA**

A663d Araújo, Vandeberg Pereira, 1982-

Debatendo o racismo religioso no Ensino Fundamental / Vandeberg Pereira Araújo
; orientadora, Marilúcia Cravo. — 2024.

100 f.: Il.: e-book (44 f.; Il.).

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e
Comunicação, Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional, Belém, 2024.

Acompanhado do ebook: “Caderno do professor: debatendo o racismo
religioso no Ensino Fundamental”.

1. Racismo religioso. 2. Oralidade. 3. Discriminação na educação. I. Cravo,
Marilúcia. II. Caderno do professor: debatendo o racismo religioso no Ensino
Fundamental.

CDD-22. ed. 379.260981

Catalogado por: Rejane Pimentel Coelho Santos-CRB2- 1132

Vandeberg Pereira Araújo

DEBATENDO O RACISMO RELIGIOSO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentado ao Mestrado Profissional em LETRAS (PROFLETRAS) da Universidade Federal do Pará (UFPA) como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Marilucia Cravo

Data da aprovação: 27/ 06/ 2024

Conceito: Aprovado

Documento assinado digitalmente
 MARILUCIA DE OLIVEIRA CRAVO
Data: 10/09/2024 14:36:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora: Profa. Dra. Marilucia Cravo Presidenta

(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 ISABEL CRISTINA FRANCA DOS SANTOS
Data: 10/09/2024 11:44:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Isabel Cristina França dos Santos

Documento assinado digitalmente
 GEORGIANA MARCIA OLIVEIRA SANTOS
Data: 05/09/2024 12:08:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Georgiana Márcia Oliveira Santos

AGRADECIMENTOS

Ao final de ciclos tão importantes para nossas vidas é sempre bom pararmos para agradecer aos que estiveram ao nosso lado nessa trajetória.

Agradeço ao Criador do Universo, a todos os caboclos, entidades e orixás que nos guiaram nesse percurso, nos dando sabedoria e forças para superar os obstáculos encontrados no caminho.

Agradeço a minha mãe Lulu que com muita luta e resiliência não mediu esforços para que eu me formasse e chegasse até aqui.

Agradeço a minha família, minha esposa e companheira Nieldyma, meus filhos Marco Antônio, Cecília e João que deram o suporte e apoio necessário bem como foram compreensivos nas ausências decorrentes das viagens semanais para Belém.

Agradeço à turma 2022 do PROFLETRAS/UFPa, a turma dos viajantes, que foram parceiros incríveis nessa jornada. Em especial às companheiras de quarto: Núbia, que não soltou minha mão desde o primeiro dia de aula, Paulinha que com sua energia contagiava todos nós e Áurea cuja força para superar as dificuldades é um exemplo para todos nós. A convivência com vocês tornou mais leve a caminhada.

Agradeço a todos os professores que nos proporcionaram momentos riquíssimos de interação e aprendizado ao longo desses dois anos.

Agradeço à Direção, Coordenação e todos os profissionais e amigos do Colégio Domingos Perdigão, parceiros e incentivadores dessa jornada. Agradeço em especial ao companheiro, prof. Glayson, que gentilmente cedeu seus horários para que pudesse aplicar a proposta pedagógica e, dessa forma, concluir em tempo hábil.

Agradeço aos meus queridos alunos do 8ºD. Alunos incríveis, participativos e carinhosos que me motivaram a desenvolver o projeto.

Enfim, uma jornada como não aconteceria sem a ajuda de vários amigos e parceiros que foram fundamentais para que cumpríssemos essa etapa tão importante de minha vida.

“É urgente fazer falar o silêncio, refletir e debater essa herança marcada por expropriação, violência e brutalidade para não condenarmos a sociedade a repetir indefinidamente atos anti-humanitários.”

(Cida Bento)

RESUMO

Com base nos pressupostos metodológicos da pesquisa-ação THIOLENT (1986) e ENGEL (2000), o presente trabalho visa desenvolver práticas interventivas para enfrentamento ao racismo religioso que se manifesta em ações e discursos de ódio reverberando em atos de violência física e verbal contra os praticantes do Tambor de Mina, religião oriunda de negros escravizados que vieram para o Maranhão, sendo alvo de perseguição ao longo de toda a sua história. Temos como objetivo geral contribuir para o combate ao racismo religioso na sociedade a partir da constatação de sua existência, sensibilizando para o respeito aos elementos característicos do Tambor de Mina por meio do uso do gênero oral debate. Para desenvolver as ações atinentes ao tema, optamos por explorar a oralidade, pois acreditamos ser imprescindível o desenvolvimento de ações que estimulem o aluno a falar com responsividade, contribuindo para o desenvolvimento da capacidade de argumentação tanto pela identificação dos tipos de argumentos e escolhas linguísticas adequadas ao contexto interacional quanto pelo conhecimento do tema debatido. As ações foram desenvolvidas com o intuito de ressignificar a nossa prática docente por meio de um processo reflexivo para o desenvolvimento de estratégias que contribuam para o desenvolvimento integral dos alunos. As ações realizadas tiveram como aporte teórico os estudos acerca do racismo em CARNEIRO (2023), NASCIMENTO (2019), BENTO (2022) e GONZALEZ (2022); nos estudos sobre o Tambor de Mina do Maranhão, temos como referência FERRETI (2009) e FERRETI (2000) no âmbito dos estudos sobre gêneros textuais em perspectiva interacionista, de modo geral, e o gênero debate em especial, recorreremos a BAKHTIN (2021 [1940]); SCHNEUWLY E DOLZ (2004), KOCH (2022), FERRAREZZI (2018). O projeto culminou na elaboração de uma proposta pedagógica aplicada em uma turma do oitavo ano onde foi possível levar os alunos a entenderem o racismo religioso em relação ao Tambor de Mina como uma face do racismo na sociedade; além de compreenderem a importância da manifestação oral para o exercício da cidadania e da argumentação no processo de interação. Como resultado da pesquisa foi gerado um produto educacional que servirá de subsídio para outras ações que se proponham a abordar a questão do racismo e do gênero em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo Religioso. Oralidade. Gênero debate.

ABSTRACT

Based in Thiollent (1986) and Engel (2000) action research's methodological assumptions, the present work goals to develop intervention practices to face religious racism which manifest itself in hate speeches and hate actions reverberating in physical and verbal violence against “Tambor de Mina” participants, religion originated by black slaves which were caught and came to Maranhão, they were a persecution target through their all long history. We have as a goal to contribute for fighting against religious racism in society through its existence proving by raising awareness respect to the characteristics of “Tambor de Mina” elements through oral gender debate. To develop theme's concerning actions we choose exploring orality, because we believe it is essential the development of speech capacity both interactive context, kind of arguments and linguistic choices as discussed theme's knowledge. The actions were developed in order to reframe our teacher practice through reflexive process to strategies which contribute for integral students development. Realized actions had as theoretical background racism studies based in CARNEIRO (2023) and GONZALEZ (2022) ; In “Tambor de Mina”'s studies in Maranhão, we have as reference FERRETI (2009) and FERRETI (2000) in textual gender studies scope in interactionist perspective in general way and debate gender in special we appealed to BAKHTIN (2021 [1940]); SCHNEWLY e DOLZ (2004), KOCH (2022), FERRAREZI (2018). The project culminated in pedagogical purpose applied in a 8th degree class, where it was possible take students to understand religious racism with religion with relation to “Tambor de Mina” like a society's racism face; beside comprehending the importance of oral manifestation to citizenship accomplishment and argumentation in interaction process.

Key words: Religious racismo. Orality. Debate gender

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. RACISMO NO BRASIL.....	16
3. O TAMBOR DE MINA DO MARANHÃO.....	21
3.1. Racismo Religioso.....	27
4. O TRABALHO COM GÊNEROS NA AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	36
4.1. O lugar da oralidade no ensino de Língua Portuguesa.....	40
4.2. O que diz a BNCC sobre a oralidade.....	43
4.3. A importância do trabalho como o gênero oral debate em sala de aula.....	48
4.4. Tipos de debate.....	54
4.5. Os operadores argumentativos.....	57
5. METODOLOGIA.....	60
5.1. Definição do problema	62
5.2. Pesquisa preliminar	63
5.3. Plano de ação	65
5.3.3. Contexto da pesquisa.....	68
6. PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	72
6.1. Apontamentos e reflexões sobre a proposta pedagógica	76
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
8. REFERÊNCIAS.....	85
9. ANEXOS.....	93

1. INTRODUÇÃO

O racismo é uma mal que está presente na sociedade brasileira ao longo de nossa história deixando fortes marcas no cotidiano e nas relações sociais até os dias atuais. A cor da pele, os valores, a cultura e a religiosidade afro-brasileiras sempre foram alvo de racismo em virtude de essas marcas estarem associadas à gente preta. Nos últimos anos observamos que houve a exacerbação dos discursos de ódio e violência contra o modo de existência de comunidades negras, sobretudo, no tocante a sua religiosidade; tal movimento nos parece amparado pelo contexto político nacional com a chegada da extrema- direita ao poder.

A vista disso, debater em sala de aula o racismo religioso em relação ao Tambor de Mina, manifestação religiosa tão fortemente arraigada na cultura maranhense, torna-se atividade essencial para formação integral dos alunos, considerando a dimensão ética, política, cultural e linguística. Quando começamos a frequentar Terreiros de Mina a partir de 2021, adotamos um olhar mais acurado em relação às condutas que denotam e reforçam o racismo religioso em relação a essa manifestação, dentre as quais destacamos: a marginalização dos frequentadores de Terreiro, vistos como pessoas de pouca índole, drogados, adoradores do diabo e a demonização das entidades cultuadas nos rituais de Mina em relação ao deus cristã

o resulta na radicalização dos discursos de ódio, materializados em ações contra comunidades de Terreiros não só no estado do Maranhão, mas em todo Brasil.

Os valores da branquitude judaico-cristã sempre tiveram a supremacia e moldaram a constituição estruturalmente racista da sociedade brasileira, onde preconceitos de raça e ranços de superioridade estão presentes desde a nossa gênese como nação. O atual contexto político nacional acentuou valores e práticas que estavam subjacentes e escamoteados, incentivado por vozes que estavam no poder e que desnudavam a verdadeira natureza racista do nosso país. Isso fez com que as manifestações religiosas que carregam valores afrocentrados se tornassem alvo de perseguição pelo simples fato de existirem.

Diante das percepções evidenciadas por nossa vivência em Terreiros e do contexto social exposto, fomos instigados a pensar como se daria a abordagem desse tema na aula de Língua Portuguesa em uma turma do ensino fundamental tendo em vista os pontos elencados acima; na consecução desse intento pensamos no desenvolvimento de uma proposta que considerasse o gênero oral debate em razão de este gênero requerer, dentre outros, a tomada de posição ante um tema a ser discutido. Urge que se vislumbre na escola formas de enfrentamento dessa problemática para que possamos dar passos nessa longa e árdua caminhada na luta contra o racismo religioso.

O Tambor de Mina sempre foi alvo de preconceito e perseguição ao longo da história, tais ações refletiam em atos que iam desde a restrição dos rituais e batuques até a criminalização dos cultos; tais práticas são decorrentes, sobretudo, em virtude de essas religiões serem oriundas do povo negro, o que levou à aversão daqueles que se viam (veem) como superiores e enxergam com repúdio tudo que lhes é diferente. Todavia, apesar da perseguição e das restrições que lhe foram impingidas no decorrer do tempo, o Tambor de Mina nunca deixou de ser um instrumento de resistência e identidade dos membros que dele participam.

O que nos chamou atenção foi o fato de que mesmo tendo forte presença na cultura maranhense, sobretudo entre as classes populares, ainda há forte marcas de racialidade direcionadas aos cultos dessa religião em relação a aspectos ritualísticos, musicais e de indumentária. Dessa forma, o racismo religioso é manifestado por uma visão enviesada e depreciativa dos ritos e entidades cultuadas nos Terreiros de Mina, vistas geralmente como ‘coisas do diabo’ a partir de valores eurocentrados que construíram uma cultura de medo e aversão a esses elementos; destacando-se que, nas últimas décadas, as igrejas neopentecostais ajudaram a construir essa cultura do medo reverberada em inúmeros casos de violência em que as principais vítimas são os adeptos e frequentadores de Terreiros. Diante disso, observamos o medo em face daquilo que não é conhecido ou que, quando o é, se dá por meio da construção de imagens que depreciam, marginalizam e demonizam o Tambor de Mina. Dessa forma, identificamos a necessidade de enfrentamento do racismo religioso na escola por meio do gênero debate, considerando que este gênero requer posicionamento crítico do sujeito em face de alguma questão social relevante que lhe é apresentada, exigindo do aluno a tomada de posição, o

conhecimento acerca do tema debatido e o respeito à opinião diferente sem perder de vistas os aspectos linguísticos que constituem nossos discursos.

Cabe lembrar que o grande contingente de africanos trazidos forçadamente para o Brasil entre os séculos XVI e XIX moldaram a sociedade brasileira como a conhecemos tanto nos aspectos econômicos como nos socioculturais. Verificamos que os milhões de negros escravizados que para cá foram trazidos deixaram marcas indeléveis em nossa constituição enquanto sociedade, algumas delas romântica e hipocritamente toleradas, a exemplo da culinária e da dança, e outras em que é verificada rejeição e repúdio, como é o caso, principalmente, da religião.

Projeções indicam que nesse período o contingente de africanos escravizados que desembarcaram no estado do Maranhão variou entre três e seis milhões de indivíduos e estima-se que no século XVIII quase 65% da população maranhense era composta de negros e mulatos (MEIRELES, 2006) que dada sua condição de objetos viam suas manifestações culturais e hábitos religiosos serem alvo de repulsa e ódio.

Número tão grande de pessoas que aqui chegaram deixou profundas marcas na estrutura da sociedade maranhense, todavia observa-se que há uma tentativa de apagamento, de invisibilização das influências africanas por meio da adoção de uma postura depreciativa e racista em relação ao que está atrelado aos padrões afrocentrados que não são tolerados pelos princípios da branquitude.

No que se refere ao tema proposto, o debate sobre o racismo assumiu grande relevo nos últimos anos em decorrência da luta incessante de movimentos negros em prol de reconhecimento dos valores da cultura afro-brasileira, sem perder de vista que mesmo com a luta histórica ainda há um longo caminho a percorrer para que se efetive o respeito e o reconhecimento às contribuições africanas para constituição do país, destacando-se o aspecto religioso que é o objeto de estudo deste trabalho.

A necessidade de levar para debate em sala de aula o tema do racismo religioso em relação ao Tambor de Mina se deu a partir de motivações primeiramente pessoais. Começamos a frequentar terreiros de Mina na Baixada Maranhense desde o ano de 2021 e, embora não sejamos iniciados, nos

identificamos e nos sentimos atraídos com a força da ancestralidade e riqueza dos cultos e ritos que caracterizam essa manifestação religiosa.

Buscamos usar o gênero debate, pois acreditamos que proporcionará o devido conhecimento, por meio do aprofundamento dos estudos e da leitura de textos relacionados ao tema proposto; dessa forma, atendemos à expectativa de um ensino reflexivo e que promova o desenvolvimento da capacidade comunicativa dos estudantes; nesse sentido, debater sobre o racismo religioso em relação ao Tambor de Mina, dado o estigma a ele associado, é uma forma de contribuir para enfrentar esse problema e ajudar na formação ética e linguística dos alunos; além disso, percebemos que o uso dos gêneros orais ainda é pouco estimulado em sala de aula, os alunos ainda têm vergonha de falar em público e de expressar sua opinião, isso se dá por medo de ‘falar errado’ e virar alvo de chacota dos colegas e também por uma cultura de silenciamento que ronda o ambiente escolar.

A língua falada é o meio pelo qual todos nós iniciamos nossa inserção na sociedade. Muito antes de ter contato com a língua escrita, aprendemos a usar a fala para manifestar nossos desejos, para pedir alguma coisa, para demonstrar nossa insatisfação com algo, dentre muitas outras situações corriqueiras no dia a dia. Tais fatos evidenciam que a oralidade está presente em nossa vida desde a mais tenra idade e por meio dela começamos a atuar no ambiente em que estamos inseridos.

Todavia, e talvez por compreender erroneamente que por estar presente desde cedo em nossas vidas e pelo seu caráter natural, a escola prioriza o trabalho com os gêneros escritos em detrimento da oralidade em sala de aula e, quando é feita, na maioria das vezes, ocorre sem a necessária reflexão sobre seu uso e importância para o desenvolvimento do aluno e suas relações sociais. Importante ressaltar, entretanto, que nos últimos anos têm sido produzidas diversas propostas voltadas aos gêneros orais que norteiam o horizonte social dos alunos; esses trabalhos proporcionam a apresentação da modalidade oral da língua como essenciais à interação, ocorrendo de modo sistemático e reflexivo. O presente trabalho se propõe a ser mais uma ação a contribuir nesse sentido.

O interesse por desenvolver a pesquisa com oralidade em sala de aula surgiu ainda na graduação quando nos deparamos com as primeiras disciplinas voltadas para o estudo da variação e preconceito linguístico presentes na sociedade e que reverberam nas aulas de Língua Portuguesa. Ao ingressar no Mestrado Profissional em Letras- PROFLETRAS no ano de 2022 tivemos duas disciplinas (Fonética, Variação e Ensino e Gramática Variação e Ensino) que nos instigaram ainda mais a pesquisar o tratamento dado à oralidade em sala de aula considerando as particularidades dessa modalidade da interação.

A nossa prática como professor da Rede Pública Fundamental de Ensino, corrobora as afirmações apresentadas. Percebemos que ainda são tímidos e superficiais os passos na abordagem das questões raciais em sala de aula bem como no trato dos gêneros orais. Todavia, os avanços e pesquisas realizadas abordando questões de racialidade e os estudos dos gêneros, consubstanciadas nos documentos oficiais que balizam a atuação docente desde a década de 1990 até os dias atuais, como a Lei 10.639/2003, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular, fornecem orientações ao professor para o trato das questões atinentes à história e cultura afro-brasileira e visam dar suporte para o trabalho com os gêneros, respectivamente e são instrumentos normativos que dão amparo para que essas questões sejam tratadas em sala de aula. Além disso, programas voltados à formação em serviço, possibilitando instrução aos profissionais que já atuavam em sala de aula, ensejou que houvesse avanços nesse sentido.

Percebemos que é comum em sala de aula o silêncio dos alunos quando instigados a se manifestar, a dar o seu ponto de vista sobre determinado assunto e isto se dá na maioria das vezes por medo e vergonha. Medo de errar, vergonha do riso dos colegas quanto ao seu modo de falar, medo de ser repreendido pelo professor. É necessário, então, criar condições em sala que estimulem os alunos a perder o medo de falar, a se expressar e, portanto, compreender que a fala também deve ser usada durante as aulas como mecanismo para, dentre outros, defender uma posição sobre determinado assunto.

Tendo em vista as questões até agora apresentadas, acreditamos que o trabalho com o gênero debate atenderá aos nossos anseios para o necessário desenvolvimento desta pesquisa, pois, pode funcionar como uma ferramenta para lidar com situações fora da escola já que requererá dos seus participantes a adoção e defesa de um ponto de vista bem como a mobilização de recursos argumentativos necessários para a interação responsiva, proporcionando o desenvolvimento social e linguístico dos alunos. Soma-se a isso o fato de este gênero ter como característica a utilização monitorada da oralidade demarcando, dessa forma, as diferenças entre os contextos de uso da língua; questões que exigem a adoção de uma postura ética e reflexiva dos alunos que julgamos pertinente à sua formação.

Assim, temos como objetivo geral analisar o combate ao racismo religioso na sociedade a partir da constatação de sua existência, sensibilizando para o respeito aos elementos característicos do Tambor de Mina por meio da compreensão e do uso do gênero debate. E como objetivos específicos a) identificar e situações de racismo religioso na sociedade; b) ressignificar a percepção sobre os cultos de Tambor de Mina; c) construir argumentos com base em leituras e dados; onde está a d) usar a modalidade oral da língua de modo responsivo e) compreender o debate como instrumento de reprodução de valores sociohistóricos e ideologicamente situado.

As questões levantadas até o momento estão presentes na realidade escolar tendo em vista que esta é um espelho da sociedade. Em face disso, para o desenvolvimento metodológico desta pesquisa recorreremos aos princípios da pesquisa-ação, já que compreendemos o trabalho acadêmico como algo que deve direcionar-se para a atuação efetiva no meio a que se propõe pesquisar; dessa forma, este trabalho será desenvolvido a partir das questões identificadas na sala de aula onde atuamos como professor. Assim, corroboramos os pressupostos compartilhados por THIOLENT (1986) que atribui à pesquisa-ação o objetivo de propor soluções e ações para resolução de problemas fazendo progredir a consciência social dos participantes.

No que diz respeito ao enfoque teórico-metodológico desta pesquisa, em consonância com o que já discutimos e pretendemos nesta dissertação, destacamos alguns autores que subsidiarão nosso trabalho; nos estudos sobre o racismo

ancoramos em autores com farta produção de obras que discutem a temática, dentre os quais temos CARNEIRO (2023), NASCIMENTO (2019), BENTO (2022) e GONZALEZ (2022); nos estudos sobre o Tambor de Mina do Maranhão, dadas as suas particularidades em relação a outras manifestações religiosas afro-brasileiras, fizemos a leitura de referência dos autores FERRETI (2009) e FERRETI (2000); no âmbito dos estudos sobre gêneros orais em perspectiva interacionista, de modo geral, e o gênero debate em especial recorremos a BAKHTIN (2021 [1940]); SCHNEUWLY E DOLZ (2004), KOCH (2022), FERRAREZZI (2018). Recorremos a estes autores em razão de que os trabalhos por eles desenvolvidos no que tange ao racismo, gêneros textuais e ao Tambor de Mina vêm ao encontro do que ensejamos nesta pesquisa aos nos possibilitar dispor dos instrumentos necessários para consecução dos objetivos almejados e, dessa forma, promover mudanças efetivas na nossa prática de ensino de Língua Portuguesa.

Ao longo deste percurso apresentaremos, de início, um olhar sobre o racismo no Brasil, sua constituição e reverberações sociais; em seguida trataremos do Tambor de Mina e do racismo religioso, apresentando a história e algumas características dessa religião bem como um olhar sobre os efeitos nefastos do racismo religioso. Na segunda parte do trabalho, nos dedicamos a apresentar os gêneros discursivos e a sua importância para o ensino de Língua Portuguesa, em especial, o gênero oral debate como ferramenta para o desenvolvimento sociolinguístico e cultural dos alunos; para tanto discutiremos os tipos de debates e de argumentos bem como os operadores argumentativos como recursos linguísticos essenciais à argumentação responsiva sem perder de vista o caráter social desse gênero. Nas seções seguintes, faremos a identificação do percurso metodológico trilhado, caracterizando os sujeitos e espaço envolvidos na pesquisa de modo a apresentar o contexto; a partir dos elementos levantados nesta etapa faremos a apresentação da proposta pedagógica de intervenção. A última etapa deste trabalho envolve a avaliação da proposta desenvolvida com o intuito de verificar se os objetivos propostos na pesquisa foram alcançados.

O produto educacional resultante das ações desenvolvidas será um Caderno Pedagógico para ser utilizado em sala de aula que trará propostas e ações com vistas a fornecer instrumentos para debater o racismo religioso por meio do uso consciente da linguagem oral materializada no gênero debate.

Buscamos reforçar ao longo desta pesquisa a discussão em sala de aula sobre respeito à religiosidade afro-brasileira como forma de tornar a escola um ambiente acolhedor. Urge que mudemos posturas tradicionais arraigadas na sociedade que contribuem para acentuar o racismo religioso e as diferenças. Entendemos, com isso, que devemos propor um trabalho com a língua viva, dinâmica, situada socialmente de modo que esteja contextualizada a situações reais de uso linguístico de modo a combater práticas excludentes que penalizam grupos sociais historicamente marginalizados.

2. RACISMO NO BRASIL

O Brasil é um país forjado pelas marcas da escravidão, principalmente, de contingentes populacionais oriundos da África que para cá foram trazidos. É sobre essa base estrutural que se assenta a organização da sociedade brasileira, onde o racismo está indelevelmente marcado em inúmeras condutas sociais que o replicam e reverberam seus efeitos nocivos.

A constituição econômica e social do estado nacional se dá sob a égide da escravidão, sustentada por um discurso de legitimação da suposta superioridade branca europeia sobre os demais povos. A construção desse discurso de superioridade ocorre em meio ao crescimento da ciência e da filosofia moderna que serviram de amparo epistemológico a esse discurso que, dentre outros, buscava deslegitimar avanços tecnológicos, manifestações culturais, religiosas e modos de vida oriundos de África.

A condição socioeconômica de inferioridade do negro dada a situação de escravizado no período colonial e a perpetuação dessa condição até os dias atuais em decorrência de uma estrutura social montada para a manutenção dos privilégios nas mãos brancas, é um aspecto importante, pois diz respeito à relação estreita entre racismo e condição socioeconômica.

Para se falar de racismo no Brasil e em qualquer lugar deste mundo, é necessário perceber, antes de tudo, o amálgama inextrincável entre classe social e raça, senão poderemos compreender como o sucesso e o fracasso social já estão embutidos na socialização familiar e escolar primária da classe/raça negra. (SOUZA, 2021, p.22)

Essa percepção nos ajuda a ter a dimensão da importância de considerar, ao falar de racismo, o aspecto econômico como fator importante para nortear a análise. A campanha abolicionista e a consequente libertação da população escravizada se deram em decorrência de interesses comerciais da elite econômica do país e não por algum tipo de preocupação com a causa dos povos escravizados. E a tão propalada 'libertação dos escravos' não proporcionou, contudo, garantias sociais e de existência mínima às populações recém libertas cujos direitos foram negados.

Não foram garantidas aos contingentes populacionais de negros¹ recém-libertos uma estrutura de melhoria das condições materiais de existência de modo que essa população tivesse oportunidades mínimas de galgar melhores posições no estamento social do país.

No bojo dessa conjuntura, forjou-se a falácia da democracia racial e convivência pacífica que visa apenas escamotear o real problema do racismo no país na tentativa de consolidar a imagem de um povo ordeiro e harmonioso em suas vivências sociais. Todavia,

A solução de compromisso brasileira (transigente, uma vez que o separatismo não entrou no ajuste civilizatório), proclama a igualdade social do afrodescendente, mas sem derrubar as barreiras à ascensão social nem reconhecer o negro como singular, como cidadão dotado de fala própria. A cor branca é conotada como uma prerrogativa. (SODRÉ, 2023, p.43)

Dessa forma, vemos cair por terra o argumento da democracia racial como marca constituinte da sociedade brasileira. Quando analisamos o lugar de subalternidade que é dado ao negro na organização social do estado nacional, esse negro recém liberto tornou-se um pária social, um cidadão sem cidadania, na acepção moderna do termo, cuja existência aos olhos da elite nacional mais prejudicava do que ajudava o país. É sob essa perspectiva que o mito da democracia racial busca assentar-se, negando o racismo como uma chaga que marca a nossa sociedade; escamoteando práticas de desvalorização, negação de existência e discursos de ódio que revela uma moralidade insincera (Sodré, 2023, p. 225) da população brasileira, que estigmatiza os valores e representações das populações afro-brasileiras em um ambiente supostamente harmônico.

¹ Até o momento, nesta seção, evitamos usar o termo 'negro' para designar as populações escravizadas oriundas da África, todavia, passaremos a adotá-la para fins de objetividade da escrita e pelo fato também de este termo já está consolidado no imaginário social. Ressaltamos, porém, que este termo é apenas mais uma marca de racialidade impingida à população que não comunga dos valores eurocentrados que estruturaram a civilização ocidental moderna e que consolida uma visão depreciativa e negativa em relação a tudo o que foge desse padrão. É de fundamental importância posicionar-se em relação a esses subterfúgios semânticos para compreender a forma como se constituiu o racismo à brasileira e como ainda se faz presente na atualidade, esta escolha ocorreu em virtude de coadunarmos com o postulado por Nascimento (2019, p. 11) quando afirma:

É preciso entender, portanto, o signo 'negro' como um conceito novo, criado pela branquitude e não como um conceito natural. Ou seja, os negros africanos, antes de serem colonizados e sequestrados não se chamavam como 'negros' ou reivindicavam para si a identidade 'negra' como naturalmente deles.

Nesse diapasão, compreendemos que combater o racismo é ação indispensável para construção de uma sociedade onde todos os cidadãos sejam plenos de direitos e, para tanto, precisamos criar estratégias para enfrenta-lo; o racismo permanece presente em nossa sociedade após a abolição, pois os valores imanescentes à nossa constituição social ajudaram na permanência dessa prática.

Nada impede que, mesmo abolido o regime escravagista em termos políticos jurídicos, uma sociedade com forte tradição patrimonialista e senhorial preserve relações sociais de natureza escravista por meio de um jogo de posições em que o lugar social do descendente de africanos já esteja ideologicamente predeterminado pela escassa visibilidade nos foros públicos, por meio de barreiras educacionais e empregatícias. (SODRÉ, 2023, p. 89-90)

Temos evidenciado que o fim da escravidão não encerrou a condição de aviltamento social da população negra. A abolição e a proclamação da república que possibilitaram ao país ‘entrar’ na modernidade foram marcadas pela manutenção da condição de subjugação e marginalização dos afro-brasileiros, relação esta que não se desfez e ainda hoje está presente nas condições de vida dessa parcela da população.

Ao negro no Brasil é negado o acesso a direitos básicos, o que contribui decisivamente para a perpetuação da pobreza e de barreiras sociais que impossibilitam o mínimo de condições para ascensão social dos descendentes de escravizados. Essa é uma das faces mais cruéis do racismo no país, pois inibe quaisquer cenários de melhoria nas condições de vida da população negra de modo geral ao mesmo tempo em que legitima a posição de superioridade atribuída ao branco já que este, quando possui os instrumentos certos, tem maiores probabilidades de ascender socialmente e isso reforça a condição social do negro como ‘natural’; a reprodução desse discurso da naturalidade da condição de inferioridade de negro repercute uma visão de domínio que, ao diminuir o outro e fazer com que ele acredite nisso, permite a dominação. (Pinheiro, 2023, p. 36)

A escola tem papel importante nesse contexto, pois acaba por incorporar e reproduzir o racismo presente na sociedade e isto se dá por uma série de fatores conjunturais, a exemplo dos discursos de ódio que tomaram conta do país nos últimos anos; e fatores estruturais como a formação docente, é evidente a falta de

um olhar acurado para esse tema no ambiente escolar, conforme explica Carneiro (2023, p. 99)

(...) a escola formal vem desempenhando no Brasil, na produção de uma concepção de sociedade ditada pelas elites econômicas, intelectuais e políticas do país. Nessa concepção, raça e cultura são categorias estruturais que determinam hierarquias que só podem ser plenamente legitimadas se puderem instituir e naturalizar em uns uma consciência de superioridade e, em outros, uma consciência de inferioridade.

Como vemos, a escola ainda reproduz práticas sedimentadas na sociedade que tornam o racismo uma questão difícil de ser enfrentada. Influenciada pelos ditames estabelecidos pelas elites nacionais que prezam pelo dispositivo de racialidade para manutenção de direitos construídos à custa da expropriação da população negra, não conseguimos observar no espaço escolar condições teóricas e um ambiente propício para debater as questões raciais, pois, os conteúdos pedagógicos e as abordagens realizadas em sala de aula ainda contribuem para o apagamento de questões relacionadas à racialidade. (Carneiro, 2023, p.313)

Como profissional que atua na educação básica, no Ensino Fundamental, ratificamos o entendimento apresentado de que a escola ainda se ressent de abordar apropriadamente a questão do racismo ao longo do percurso escolar, desenvolvendo ações pontuais e, a nosso ver, caricatas e descontextualizadas durante períodos do ano como as Semanas da Consciência Negra; assim, ratificamos o entendimento de Bento (2022, p.24):

É urgente fazer falar o silêncio, refletir e debater essa herança marcada por expropriação, violência e brutalidade para não condenarmos a sociedade a repetir indefinidamente atos anti-humanitários similares.

Em atendimento a essa perspectiva acreditamos que a escola, em que pesem as situações apresentadas ao longo deste capítulo, é o espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações que visem o combate sistemático ao racismo na sociedade; para tanto, é necessário o desenvolvimento de práticas, ações e metodologias pedagógicas que desenvolvam no alunado a atenção necessária para as discussões e enfrentamento desse problema.

Como professores, devemos assumir papel ativo e criar no ambiente escolar, em especial da escola pública (onde a maioria absoluta do público atendido é

negra), condições e espaços para discussão, reflexão, sensibilização e tomada de posição frente ao racismo, só assim podemos dar a nossa parcela de contribuição para a constituição uma sociedade justa e democrática.

3. O TAMBOR DE MINA DO MARANHÃO

O tema escolhido para o desenvolvimento da presente pesquisa foi o racismo religioso, uma das faces do racismo, que está indelevelmente marcado em nossa sociedade. Observamos como já evidenciado no capítulo anterior que as questões voltadas para o debate que implicam a racialidade ainda são pouco abordadas nas escolas brasileiras. Quando são trazidas, assumem um caráter cultural de elementos que, de acordo com o nosso ponto de vista, são caricaturais da negritude e tolerados pela sociedade tais como: vestimentas, culinária e dança que, conforme acreditamos, são menos 'invasivos' nos valores culturais sedimentados pela branquitude que pautam o espaço escolar.

É sob essa perspectiva e por nossa experiência como frequentador de Terreiros que acreditamos importante trazer à baila questões relacionadas ao Tambor de Mina para o contexto escolar. Considerando ainda, logicamente, o interesse da turma e percepções suscitadas a partir de atividades desenvolvidas em sala de aula sobre as quais trataremos mais adiante.

A necessidade de quebrar paradigmas de temas abordados em sala de aula, no caso particular discutir uma religião que é alvo de perseguição desde a sua origem em território nacional, ajuda a desaparelhar estruturas de poder e discutir estigmas impostos a valores e visões de mundo diferentes do que a escola habitualmente se propõe a abordar.



Altar Terreiro de Mina Cabana de São Raimundo, Pho-Ma. Foto Tirada pelo autor, acervo da pesquisa de campo

O Tambor de Mina é segregado, marginalizado e alvo de violência que é pautada, sobretudo, no fato de essa religião ter origem na cosmopercepção afrodescendente que difere da visão do cristianismo que espalhou-se como verdade pelo mundo através do processo de colonização. Dessa forma, precisamos conhecer e entender mais sobre essa manifestação religiosa afro-brasileira para poder, a partir daí, desenvolver um trabalho efetivo que leve ao respeito e à construção de uma postura sensível a essa religião. As diversas manifestações de ódio efetivadas contra a população afro-brasileira são oriundas de uma cultura e organização social que legitimam a violência e a opressão com base em critérios raciais; nessa perspectiva, o racismo religioso em relação ao Tambor de Mina, sobre o qual nos deteremos mais acuradamente, torna-se mais uma face dessa mazela nacional.

Antes de adentrarmos de modo mais detalhado no estudo das características do Tambor de Mina, recorreremos a uma citação de Ferreti (2009, p.43) que julgamos importante para construção de sentidos que estamos adotando ao longo deste trabalho.

Parece-nos importante que o pesquisador tome partido ao lado do grupo estudado, sobretudo contra preconceitos da sociedade, no caso, em relação ao negro, suas manifestações culturais e sua religião, que é vista como constituída apenas de superstições antiquadas.

Acreditamos que a assertiva é imprescindível para nortear quaisquer trabalhos que envolvam manifestações afro-brasileiras considerando que o olhar racista lançado sobre essas manifestações exigem tomada de posição por parte do pesquisador; mais necessária ainda se torna essa atitude quando nos propomos levar essas manifestações para escola pública de educação básica.

Enquanto elemento de resistência afro-brasileira diante das agressões e perseguições que lhe foram perpetradas, o Tambor de Mina reforça também o caráter identitário de seus adeptos, considerando as diversas dimensões que lhe são características, como vestimentas, tambores, musicalidade e, evidentemente, a linguagem. Os elementos ritualísticos simbólicos do Tambor de Mina reforçam esse poder criador da identidade dessa religião; sendo assim, compreender a sua constituição e representações é de extrema importância para o desenvolvimento de um trabalho consistente.

Os negros vindos da África trouxeram consigo seus costumes e suas tradições e os transmitiram para seus descendentes. Entre essas tradições, existe uma que se destaca pelo fato de ser representativa, direto do comportamento e do pensamento africano: a religião. O culto aos orixás é um traço marcante das religiões trazidas por esses negros. (SILVA, 2009, p.51)

Depreende-se, então, que as tradições religiosas repassadas pelos negros escravizados aos seus descendentes são fortemente representativas da percepção de mundo, visões e valores dos povos africanos. Compreender estas manifestações, como se organizam e estruturam é de grande importância para desenvolver o respeito que lhes é devido.

O Tambor de Mina originou-se no estado do Maranhão, e daí disseminou para outros estados do país, principalmente o Pará; a partir de escravos africanos que chegaram ao estado e buscaram encontrar elementos para preservação dos seus laços ancestrais com a África. Um dos maiores estudiosos do Tambor de Mina do Maranhão, Sérgio Ferreti, ao discorrer sobre as origens dessa religião, afirma:

Tambor de Mina é a designação popular, no Maranhão, para o local e para o culto de origem africana (...). É o nome de uma das religiões de culto afro-brasileiras desenvolvidas por antigos escravos africanos e seus descendentes. Entre outros aspectos, caracteriza-se como religião de transe ou possessão em que entidades sobrenaturais são cultuadas e invocadas, incorporando em participantes (...) por ocasião de festas com cânticos e danças executados ao som de tambores e outros instrumentos. (FERRETI, 2009, p. 9)

Um aspecto que destacamos no fragmento citado diz respeito ao elemento do transe por entidades sobrenaturais (voduns, gentis ou caboclos) que incorporam em participantes como um dos principais alvos do ódio praticado por aqueles que, movidos por racismo religioso, desrespeitam e levantam mentiras sobre a origem e o papel desempenhado por essas entidades.

O nome Tambor de Mina está ligado ao Forte de São Jorge da Mina, um dos mais proeminentes centros de escravos portugueses na costa africana (Ferreti, 2009, p.9); tais elementos ratificam sua relação com os negros trazidos forçadamente da África para o Brasil como escravos.

Ainda sobre as origens do Tambor de Mina no Maranhão, Ferreti (2000, p.37) afirma:

(...) acredita-se que o Tambor de Mina tenha surgido em São Luís, na primeira metade do século XIX, e que tenha sido estruturado por duas 'casas grandes' abertas por africanas libertas, ainda ali em funcionamento: 1) a Casa das Minas (jeje-fon), por Maria Jesuína, africana do Dahomé (hoje República do Benin); e 2) a Casa de Nagô (iorubana) por Josefa de Nagô e sua irmã.

Realça-se na citação a origem escrava dessa religião e o papel feminino como liderança fundadora dos cultos de Mina no estado do Maranhão que são características marcantes dessa religião frente outras manifestações religiosas espalhadas pelo país.

Na Mina tradicional a liderança dos terreiros cabe às mulheres o que denota uma espécie de matriarcado que o caracteriza, cabendo aos homens o exercício de outros papéis como o de tocadores de tambor (abatazeiros) e a matança de animais. Todavia, destacamos que em decorrência do sincretismo com outras manifestações religiosas afro-brasileiras e indígenas, há registros de homens que também exercem o comando de Terreiros.

Importante destacar que, no tocante ao sincretismo no Tambor de Mina, há uma conjugação de elementos desde o catolicismo popular, passando pelo espiritismo cardecista e cura de pajelança de matriz ameríndia, essa última muito presente no interior do estado do Maranhão (Silva, 2009, p. 63). A disseminação dos cultos de Mina pelo interior e litoral do estado se deu pela mescla desses elementos, que dão um caráter híbrido em virtude da integração às manifestações religiosas desses locais aos cultos afro-brasileiros no Maranhão. Corroborando essa premissa, é importante destacar que:

No Maranhão a umbanda é bastante influenciada pelas denominações religiosas afro-brasileiras tradicionais e hegemônicas no estado (tambor de mina e terecô) e pela cura (pajelança de negros), mas exerce também grande influência em terreiros de todas elas. (FERRETI, 2008, p.1)

Este fato é importante para compreender que essa mistura de tradições enriquece ainda mais as manifestações ligadas à Mina maranhense, sem perder de vista a ligação com a ancestralidade africana. Essa relação de influências mútuas deixou marcas que reverberam em Terreiros espalhados pelo estado onde as entidades cultuadas e os cultos realizados incorporam elementos sincretizados da Mina, do Terecô e da Pajelança.

Apresentamos, a seguir, algumas das características mais marcantes do Tambor de Mina, de acordo com Ferreti (2006, p.96): a) possível origem daomeana e forte influência de outras culturas; b) realização de rituais em lugar denominado Terreiro, acompanhados por instrumentos de percussão, preponderantemente tambores (abatás); c) transe com 'divindades' jeje e nagô, genericamente denominadas vodum e com caboclos (entidades com nomes nacionais), a quem são destinados cânticos, que são próprios de cada tipo de obrigação e revelam o seu significado, e danças especiais.

No rito do Tambor de Mina, os voduns/orixás e caboclos baixam nos participantes que, a partir daí, adotam condutas e traços da personalidade da entidade incorporada. Os sons marcantes dos tambores dão o ritmo aos cantos/pontos de Mina, cujas características são próprias do tipo de obrigação realizada e que tem como uma de suas características marcantes a oralidade que é, ao mesmo tempo, um atributo essencial da cultura afro-brasileira.

A organização dos espaços de festividades aos santos se dá no barracão dos Terreiros, conforme explica Silva (2009, p. 67):

O espaço da festa é o barracão, um salão 'dentro do terreiro', ornamentado especialmente para a ocasião de acordo com a entidade homenageada. No centro do barracão ficam os dançantes, em uma parede ficam os tocadores e seus instrumentos, e em outra parede- às vezes, mais de uma- ficam os assentos para os convidados. Os instrumentos utilizados são dois abatás, um gun (campânula de ferro percutida com um pedaço de metal) e duas ou mais cabaças decoradas com contas coloridas.

Nesses espaços é onde ocorrem as festas de obrigação distribuídas ao longo do ano e que duram entre três e treze dias, regadas a muita comida, cânticos e recebimento de entidades cujos cavalos (pessoa que recebe) são paramentados com vestimentas apropriadas de acordo com a obrigação. Destacamos, nesse sentido, que:

"Na Mina as entidades recebidas pelos filhos-de-santo não são nem santos do céu e nem pecadores da terra, são invisíveis das encantarias africanas, brasileiras e outras." (FERRETI, 2000, p. 65)



Mesa servida para o jantar em uma Festa de Obrigação. Foto Tirada pelo autor, acervo da pesquisa de campo

Dessa forma, as entidades espirituais incorporadas nos terreiros remetem à ancestralidade africana e vinculam-se também aos laços arraigados nas populações afro-brasileiras. Particularmente, nos sentimos maravilhados com a riqueza ancestral presente nos ritos de Tambor de Mina; a humanidade que caracteriza as entidades, já que estiveram na terra, é um traço que aproxima quem frequenta os terreiros dos caboclos que são celebrados. Quando ‘descem’ as entidades dançam, cantam, participam ativamente dos rituais e festejos que, acreditamos, faz com que o Terreiro de Mina seja, verdadeiramente, encantador aos olhos daqueles que o frequentam.

Como uma das diversas manifestações de culto de origem africana presentes na sociedade brasileira, o Tambor de Mina tem sido um elemento de identidade e resistência aos seus adeptos ao longo da história. Dadas às particularidades e elementos que lhes são próprios, o Tambor de Mina é legitimamente um fator de preservação dos valores e visões de mundo dos povos africanos que foram trazidos para o Maranhão e parte importante para a compreensão de nossas raízes.

As encantarias e caboclos cultuados nos ritos de Mina são forças de uma cultura que resiste no estado do Maranhão e reforça os laços com nossa ancestralidade; as festas de obrigação são verdadeiros monumentos religiosos e culturais cuja energia contagia todos aqueles que frequentam os Terreiros. Diante disso, não se pode permitir que manifestações de ódio praticadas contra essa religião ganhem eco; para combater essa ação faz-se necessário promover atos que evidenciem os laços da Mina com o Maranhão e sua originalidade e representatividade enquanto manifestação religiosa do povo negro, legitimando-a como uma manifestação equiparada a quaisquer outras; para tanto, vislumbramos a escola pública como um espaço importante para apresentar às gerações mais novas este grande símbolo da religiosidade afro-brasileira que tanto enriquece o nosso estado.

3.1. RACISMO RELIGIOSO

Sendo uma das máscaras do racismo, o racismo religioso, que é caracterizado por ações de ódio e violência contra os povos de Terreiro e sua cosmo percepção, precisa ser encarado no contexto social da escola pública; todavia, não perdemos de vista o nosso lugar fala de homem branco que, apesar de ser filho de um carregador e de uma auxiliar de serviços gerais, não sofre(u) as consequências do racismo dado o caráter essencialmente fenotípico do racismo nacional. Esse destaque é importante para nos posicionarmos frente a essa questão e marcar o interesse pelo debate, especialmente, em seu aspecto religioso, como instrumento para discutir e promover a necessária reflexão acerca da construção de discursos de ódio que estigmatizam a representação religiosa e os valores uma parcela considerável da população brasileira.

Tentamos discutir no decorrer deste trabalho como a designação negativa construída acerca do Tambor de Mina do Maranhão se dá em decorrência de fatores eminentemente associados ao racismo religioso, em virtude de essa manifestação ter se originado dos negros escravizados trazidos da África para o Brasil.

Com o fim da escravidão no século XIX, segundo o olhar de nossas elites, os negros se tornaram libertos indesejados cuja existência maculava a sociedade e não

permitia o avanço social que seria natural ao país. Essa percepção não aconteceu de modo ingênuo, tampouco se deu sem deixar marcas indeléveis na constituição do nosso país que reflete ainda hoje marcas racistas em diversos estamentos sociais e culturais. Sendo, portanto, a religião uma forma de resistência e manutenção dos laços ancestrais dos negros escravizados, a perseguição e violência à religiosidade remontam ao período colonial.

As repressões às religiões de matriz africana iniciam-se ainda em período escravocrata, o país era desde o início da colonização dominado pela Igreja Católica de forma que qualquer outra manifestação religiosa era entendida como contravenção penal. (FERNANDES, 2007, p. 3 *apud* ALMEIDA, 2002, p.6)

A perseguição, a violência e a repressão contra as manifestações religiosas de origem africana ocorreram como forma de legitimação do catolicismo desde o período colonial e também como fruto da imagem negativa construída em relação a tudo que estava vinculado à ancestralidade e ao modo de vida do povo negro.

Importante situar o racismo religioso dentro da estrutura racista que constitui o Brasil, pois os diversos casos de violência e ódio contra os cultos de Mina, e outras religiões afro-brasileiras, não são casos isolados, mas expressam o racismo latente em nossa sociedade dentro de uma lógica de poder da qual fazem parte o Estado e suas instituições, como a escola. (OLIVEIRA, 2017, p.45)

Essa construção perniciososa que via o negro sempre como algo negativo que necessitava de mudança para se adaptar ao padrão eurocentrado, se materializa na violência impingida até hoje aos povos de Terreiro. Nessa perspectiva, o Tambor de Mina recebe ao longo da história visões depreciativas a respeito de seus rituais, indumentárias e entidades cultuadas, sempre associadas à figura do diabólico segundo o imaginário cristão eurocêntrico, caracterizando, dessa forma, o racismo religioso que, segundo Rocha (2023, p.20):

O que se convencionou mais recentemente chamar de racismo religioso fez parte constitutiva de todo o processo de colonização do Brasil, deixando suas marcas nos âmbitos cultural e político até os dias atuais. Tem sido

constante a perseguição às tradições de matriz africana na história do país, com mudanças não só no que diz respeito aos atores que a perpetraram (ora colonizadores, ora agentes do estado, ora líderes religiosos) como também aos argumentos que sustentam suas ações.

Nesse cenário, compreendemos o racismo religioso como inerente à nossa formação como sociedade, reforçando a perseguição também na esfera religiosa ao modo de vida da população negra. Em face dessa perspectiva, é importante que sejam desenvolvidas propostas que estimulem uma formação antirracista em nossas escolas. Em consonância como o exposto, Carneiro (2023, p. 107) assevera:

Contudo, mesmo com uma visão superficial das políticas educacionais, ou melhor, da forma pela qual as políticas públicas de acesso e distribuição das oportunidades educacionais se deram, leva à dedução de que elas visavam intencionalmente assegurar padrões sociais hierárquicos ditados pelo dispositivo de racialidade.

Diante disso, ratificamos o nosso entendimento acerca da necessidade de levarmos essas discussões para o ambiente escolar em face da falta de ações voltadas ao combate do racismo religioso de modo efetivo e sistemático.

Para justificar ainda o nosso ponto de vista, apresentaremos um panorama do racismo religioso no Brasil e como essa prática atende aos propósitos de superioridade que são impostas pela elite branca do país ao mesmo tempo em que abordaremos o papel da escola na luta antirracista.

A opção por utilizar o termo racismo religioso no lugar da expressão intolerância religiosa parte do princípio de que o discurso de ‘demonização’ construído em torno do Tambor de Mina tem como elemento fundante o racismo estrutural que domina todas as instâncias da realidade nacional ². Concordamos, dessa forma, com Nascimento (2016, p 168) quando este afirma:

² Segundo Fernandes (2021, 58-59):

A Intolerância religiosa pode ser compreendida como uma prática definida pelo não reconhecimento da veracidade de outras religiões. Relaciona-se, então, com a incapacidade dos indivíduos em compreender crenças diferentes da sua e nos casos concretos de manifestações de intolerância no campo prático. O conceito de discriminação se refere essencialmente à questão do trato desigual. Compreende-se que a discriminação existe quando uma parte da população recebe trato desigual com relação ao conjunto. O melhor termo para definir ações de ódio em relação às religiões de origem africana é “racismo religioso”, pois outras religiões não cristãs não sofrem o

O que se ataca é precisamente a origem negra africana destas religiões. Por isso, veja uma estratégia racista em demonizar as 'religiões' de matrizes africanas, fazendo com que elas apareçam como grande inimiga a ser combatida [...]. Portanto, isso que visualizamos sob a forma de intolerância religiosa nada mais é do que uma faceta do pensamento e prática racistas, que podemos chamar de racismo religioso.”

Importante destacar este ponto para nos posicionar na luta contra o racismo que macula a nossa existência como sociedade. O racismo à brasileira, diferentemente do praticado em outras partes do mundo; é um racismo covarde, que não se assume de modo evidente, mas que está presente nas entranhas da nossa sociedade e reproduz ações e valores que humilham, aviltam e ultrajam a população afro-brasileira.

Dentro desse contexto de resistência e identidade, os cultos religiosos de Mina têm sido elementos essenciais nessa luta a despeito de serem alvos de constantes manifestações racistas ao longo da história. Tendo em vista a perseguição histórica que caracteriza a existência do Tambor de Mina, concordamos com Carneiro (2023, p. 98) quando esta afirma que este se insere dentro do projeto histórico de dominação.

O projeto de dominação que explicita de maneira extrema sobre os afrodescendentes é filho natural do projeto de dominação do Brasil, um sistema complexo de estruturação de diferentes níveis de poder e privilégios. Coube aos africanos escravizados o ônus permanente da exclusão e da punição.

O racismo estruturante em torno do qual se organiza a sociedade brasileira em todas as esferas de atuação políticas, culturais e sociais incide sobre a dimensão religiosa através de manifestações de ódio que visam de forma geral, depreciar e deslegitimar formas de existir oriundas da cosmopercepção africana.

mesmo tipo de preconceito e esse preconceito estaria ligado à formação colonial, a divisão e valoração racial negativa, influenciando na compreensão da religião.

Nos últimos anos, têm se constatado inúmeros casos de ataques a Terreiros e atos de violência desferidos contra Pais, Mães e Filhos de Santos pelo simples fato de seguirem religiões de matriz africana, ataques que vão desde a dimensão verbal, das mais conhecidas (e nem por isso menos nefastas) como a alcunha de ‘macumbeiro’ aos seguidores dessas religiões passando pelas mais agressivas calcadas na demonização dos rituais e entidades cultuadas; até a agressão física através da depredação de Terreiros que também têm como alvo os adeptos dos cultos de Mina.

Pesquisas comprovam que houve um aumento exponencial dos casos de violência ligados à religião. Dados constantes do II Relatório sobre intolerância religiosa: Brasil, América Latina e Caribe, amplamente divulgados pelos veículos de imprensa, dão de que somente no Brasil, o aumento foi de 270% de casos de ataques direcionados às religiões de matriz africana.

Essas informações evidenciam o aumento expressivo de casos de racismo religioso em relação aos cultos de origem afro-brasileiros, desferidas, sobretudo, a partir do movimento neopentecostal que ganhou força no país no último quarto do século passado e que traz consigo uma onda conservadora que reproduz o ódio contra tudo não pertence ao seu credo e não se encaixa em sua visão maniqueísta e reduzida de mundo. No bojo desse movimento, houve um aumento exponencial das manifestações de racismo religioso onde as entidades cultuadas nos terreiros são vistas como representação do mal e do ‘demônio’, o que acarreta em atos de violência, física e simbólica, contra os adeptos das religiões de matriz africana.

“Essa associação das deidades africanas ao supremo mal cristão foi um estratégia de pura violência cultural destinado unicamente a justificar e manter a dominação do colonizador sobre os negros escravizados”. (SANTOS e SANTANA, 2021, p.109)

A partir dessa premissa constatamos que, na verdade, o estímulo ao medo e de ameaça ocorrem em um contexto de caráter eminentemente racista em relação aos valores e representações da religiosidade afro-brasileira, o Tambor de Mina não foge a essa realidade e foram usados como estratégias para manutenção de uma estrutura de privilégios a um grupo social em relação aos demais.

O racismo religioso no Brasil tem cor e apesar de o estado brasileiro se caracterizar como laico desde os primórdios da república, a história nos revela que os cultos de matriz africana foram e continuam sendo alvo de constante perseguição que expõe de modo escancarado à postura racista contra essas manifestações; assim como na atualidade, manchetes antigas de jornais, como a do maranhense O Publicador Oficial citado por Santos corrobora o histórico de perseguições às religiões de matriz africana.

“O presidente da Junta de Paz de São Luís proíbe permanentemente os batuques de acordo com o Código de Posturas vigente autorizando o Juiz de Paz da localidade a destruir os tambores após dissolver os batuques.” (O PUBLICADOR OFICIAL, 25/01/1832 apud SANTOS, 2017, p.40).

A citação acima evidencia que a perseguição aos ritos do Tambor de Mina do Maranhão não é de agora e ocorrem pelo fato de esta manifestação religiosa ser uma expressão da identidade dos escravos que foram arrancados de suas terras e trazidos para o Maranhão. A despeito da contribuição do negro para a consolidação do país, a sociedade brasileira historicamente tende a desprezar e diminuir, sempre que possível, as contribuições dessa população. No que concerne à religiosidade, a demonização do culto e das entidades cultuadas nas cerimônias é apenas uma face do racismo cultivados no seio da sociedade.

[...] se encontra no racismo oculto na nossa sociedade, enquanto uma herança colonial da escravidão, o motivo da violência contras as religiões que expressam esse ‘modo de vida’ negro. O racismo religioso é a projeção para o terreno das religiões do racismo voltado às expressões africanas vigentes no Brasil. (CAMURÇA, RODRIGUES 2022, p. 12)

Mesmo o sincretismo, tão propalado como marca da suposta democracia racial do país é, na verdade, mais um elemento de resistência do que de respeito à diversidade, conforme aponta Nascimento (2016, p. 133)

“(...) o sincretismo foi mais um recurso de resistência do que de integração visto que as religiões africanas, efetivamente, postas fora da lei pelo Brasil oficial, só puderam ser preservadas através do recurso da sincretização.”

Assim, constata-se que o sincretismo entre as religiões afro-brasileiras e o catolicismo não foi um processo natural e sem violência onde os escravos assimilaram o culto do dominador, mas sim como resultante de uma ação violenta de proibição das formas ancestrais de culto dessas populações, que tiveram como único caminho para preservar sua identidade ameaçada a adoção dos santos católicos que representavam as divindades proibidas.

Como já demonstrado, as perseguições desferidas em relação às religiões afro-brasileiras se dão ao longo de nossa história alternando momentos de maior e menor restrição, mas sempre deixando claro que se trata de algo além do aspecto religioso, indo de encontro ao próprio modo de vida das populações afro-brasileiras, conforme explica Camurça e Rodrigues (2022, p.10)

Os ataques às religiões afro-brasileiras se circunscrevem dentro da mentalidade escravocrata/racista que quer manter padrões de moralidade e costumes restritos à cultura dominante branca e cristã que exclui tudo o que não estiver de acordo com ela.

Observa-se, dessa forma, que a religião da classe dominante branca trazida pelo colonizador europeu é estabelecida como padrão a ser seguido e, conseqüentemente, as manifestações religiosas que carregam a marca do povo negro e que não se encaixam nos princípios preconizados pelo status quo, tornam-se objeto de repúdio e abjeção.

Percebemos que um trabalho de reflexão e desmistificação dos atributos negativos imputados ao Tambor de Mina, a promoção de atividades que levem ao conhecimento da cosmo percepção inerentes aos cultos dessa religião pode ser extremamente eficaz no combate ao racismo religioso, pois, como já afirmado, é uma manifestação de racismo ao modo de vida das populações afro-brasileiras que tem como mote a deslegitimação de tudo aquilo que não é branco e está fora da visão de mundo eurocentrada.

A partir da compreensão de que a discriminação contra as religiões afro-brasileiras tem origem no racismo, em especial o epistêmico que visa a inferiorização e exclusão daqueles e daquelas que vivenciam essas religiões devido a sua forma não eurocentrada de suas estruturas, a categoria intolerância religiosa se mostra insuficiente para categorizar tais discriminações e o termo que melhor se adequa é o de *racismo religioso*. (OLIVEIRA, 2017, p. 45. Grifo nosso)

Ao longo do texto, defendemos o ponto de vista supracitado, nos posicionando favoravelmente ao uso do termo racismo religioso ante os elementos irrefutáveis que outros termos, como ‘intolerância’, não dão conta de compreender em face das representações criadas a respeito do Tambor de Mina que vão além do aspecto religioso, relacionando-se mais efetivamente como o repúdio ao modo de ver o mundo e as manifestações do povo negro.

Infelizmente, observamos que a escola brasileira é constituída e opera com o objetivo de marginalizar não apenas o Tambor de Mina, mas também as demais religiões afro-brasileiras; dessa forma, é imprescindível desenvolver ações pedagógicas para ajudar a desconstruir essa lógica. A magia e encantamentos que caracterizam o terreiro, com seus caboclos, suas encantarias e voduns, fogem à visão padronizada do mundo branco ocidental e, por isso, tornam-se alvo de ações que reverberam ainda hoje práticas coloniais de ódio e que escancaram o racismo presente de modo tão marcante em nossas estruturas sociais.

4. O TRABALHO COM GÊNEROS NA AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA

O trabalho com gêneros vem ganhando cada vez mais importância nas aulas de LP nas últimas décadas, tal importância é resultante também dos avanços conquistados nos estudos linguísticos que passaram a dar mais atenção aos usos da língua em situações reais. Vários foram os ramos dos estudos da linguagem que se propunham a rever e reavaliar o ensino de Língua Portuguesa tendo como questão nevrálgica a crítica ao ensino normativo-prescritivista da frase isolada que não dava conta da formação plena do aluno e torná-lo apto a usar a linguagem em diferentes situações.

Considerando ainda a universalização do acesso à educação pública que teve início nas décadas de 1960 e 1970 e consolidado nos anos de 1990, que culminou no ingresso de parcelas da população, que até então, estavam à margem do processo educacional formal. Essa situação levou à necessidade de repensar a oferta da educação e o ensino de LP de modo a contemplar o público recém-chegado. Esse processo, evidentemente, foi longo e tortuoso, ainda está ocorrendo; contudo, destaque-se, que passos foram dados no sentido de consolidar os avanços.

Como professor da educação básica da Rede Pública nos deparamos ao longo da nossa trajetória com textos e estudos que destacam a importância do trabalho com os gêneros do discurso³; os argumentos favoráveis ao uso dos gêneros ganham ainda mais força a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em meados da década de 1990 como reflexo de estudos acadêmicos, congressos e discussões voltadas para o desenvolvimento de trabalhos com gêneros discursivos nas aulas de LP.

³ Importante informar desde já que não é o foco de nossa abordagem se o mais correto é o uso do termo 'gênero textual' ou 'gênero do discurso' tendo em vista que, conforme afirma Marcuschi (2008, p. 154), salvo em situações muito específicas de defesa de uma epistemologia, os termos são intercambiáveis sem prejuízos à sua compreensão.

A BNCC, substituta dos PCNs, mantém a proeminência do trabalho com gêneros para o ensino de LP, a esse respeito o documento traz a seguinte afirmação:

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses. (...) Ao mesmo tempo que se fundamenta em concepções e conceitos já disseminados em outros documentos e orientações curriculares e em contextos variados de formação de professores, já relativamente conhecidos no ambiente escolar – tais como práticas de linguagem, discurso e gêneros discursivos/gêneros textuais, esferas/campos de circulação dos discursos –, considera as práticas contemporâneas de linguagem, sem o que a participação nas esferas da vida pública, do trabalho e pessoal pode se dar de forma desigual.(BNCC, 2018, p. 67)

Assim, o documento que atualmente serve de parâmetro para as aulas de LP, reafirma a importância do trabalho com o texto em sala direcionado para situações de atuação social de modo a preparar o alunado para participação efetiva na sociedade. O documento destaca ainda a dimensão sociohistórica e ideológica como uso significativo da linguagem, corroborando o entendimento de que o aluno precisa compreender que a linguagem não se dá no vazio do uso normativo-prescritivo, mas em situações reais da vida.

A compreensão da linguagem como instrumento de interação social nos dá o ponto de partida para o trabalho com os gêneros do discurso, tendo em vista que essa abordagem parte da premissa que somos indivíduos sociais, que interagimos com outros indivíduos igualmente sociais por meio da linguagem e esta é preñe de significações constituídas a partir da formação sociohistórica e ideológica dos sujeitos envolvidos no processo de interação, pois, entendemos que a língua é um meio de constituição da identidade social. (Possenti, 2012, p. 35)

Para consecução dessa premissa, é necessário ter o entendimento que o ensino deve pautar-se em práticas significativas e contextualizadas, daí a importância de levarmos à sala de aula o debate sobre o racismo religioso, dada a sua presença na sociedade. Acreditamos que diante de uma situação efetiva, observada no contexto social, o ensino possibilitará melhores condições de

desenvolvimento sociocognitivo, linguístico e ético. A produção da linguagem, pois, está intrinsecamente vinculada ao contexto social de sua produção e o ensino de LP deve ter esse fundamento como premissa para um trabalho efetivo com a linguagem, conforme nos explicam Rossi e Souza (2019, p.74):

Essa maneira de conceber a língua(gem) nos leva a inferir que seu ensino não deve ser desprezado de um contexto real de utilização, já que a língua não se reduz a um sistema de signos abstratos, a expressão do pensamento ou um instrumento social de comunicação, mas sim, a um fenômeno da interação verbal.

A realidade da sala de aula não é hermética ao contexto social, ao contrário; considerando a sua própria essência, a escola é um local caracterizado pela diversidade de experiências, formações e opiniões dada à heterogeneidade de indivíduos que adentram o seu espaço. Alunos com uma historicidade repleta de acontecimentos que os moldam com suas idiossincrasias e posicionamentos frente à realidade que os circundam.

Nesse quadro, a interação é imanente ao exercício da linguagem; dessa forma, proporcionar condições para o estudo contextualizado de LP criando condições para uso reflexivo da linguagem que pode adaptar-se às diferentes situações de uso da língua em uma perspectiva de influenciar e ser influenciado pelo outro e pela sociedade no processo de interação, fornecerá condições propícias a um ensino que leve ao desenvolvimento dos alunos.

Nesse sentido, considerando a heterogeneidade do público que compõe a escola bem como a variedade de gêneros de circulação que refletem a multiplicidade das esferas socioculturais de atuação, a aula de LP precisa estar vinculada a essa perspectiva, pois,

O homem em sua vivência está inserido em um universo contextualizado envolto de uma cultura, em seu contínuo processo histórico-social e permeado por gêneros discursivos, com os quais mantém e constrói as relações sociocomunicativas. (SILVA, 2015, p.27)

Dito isto, o ensino de LP deve amparar-se na perspectiva de trabalho com os gêneros, pois estes consolidam o horizonte voltado para o contexto sociohistórico onde os alunos estão situados, atendendo com isso as premissas da concepção da linguagem como interação que deve nortear, como já apresentadas, o trabalho dos professores de LP. Ao nos apropriarmos dessa abordagem teórica como ponto de partida para o ensino teremos mais condições de promover um ambiente de reflexão que considere os fatores extralinguísticos que interferem no processo de interação.

Em quaisquer gêneros que nos propusermos trabalhar, iremos nos deparar com aspectos ideológicos que permeiam a sua elaboração e construção, pois, conforme defende Kraemer (2020, p. 75)

Em determinado período histórico e em específica comunidade de prática social, apresentam-se escolhas linguísticas e formas de discurso que refletem e refratam tanto a ideologia do cotidiano quanto a ideologia oficial e a palavra é a imagem desse espaço no qual os valores fundamentais de uma dada sociedade explicitam-se e confrontam-se.

Diante dessa premissa, compreendemos que a linguagem é um espelho da historicidade que caracteriza um dado momento; nessa condição, os posicionamentos adotados são reflexos de comportamentos e de princípios que nos constituem como seres humanos. Assim, temos firmada a noção de que a palavra, a oração ou quaisquer outras unidades linguísticas refletem pontos de vista a partir de um determinado posicionamento. (Polato, 2021, p.186)

Compreendemos que a promoção de um trabalho que considere os posicionamentos e discursos como situados sociohistoricamente, frutos de experiências mediatizadas pela realidade material que molda e é moldada pelos sujeitos, é fundamental para o desenvolvimento de um debate sobre o racismo religioso, pois, as percepções, opiniões e a mobilização de conhecimentos para a construção dos argumentos e opiniões bem como dos recursos linguísticos mobilizados refletem posturas e valores situados social, cultural, histórico e ideologicamente. Isso enseja que o ensino de LP com base nos gêneros do discurso pode contribuir para a formação integral dos alunos.

4.1. O LUGAR DA ORALIDADE NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Consideramos o estudo da oralidade importante para o ensino porque ela é parte constitutiva da formação humana. Dada à rica variedade linguística que caracteriza a sociedade, marcada por regionalismos, variações etárias, culturais, dentre inúmeras outras; acreditamos que promover um trabalho de valorização da oralidade/língua falada em sala de aula assume um papel de grande relevância.

Percebemos que embora haja inúmeros estudos no âmbito da academia voltados aos estudos da oralidade e seus reflexos no ensino, ainda há uma lacuna a ser preenchida quanto à abordagem dessa modalidade na língua em sala de aula.

Ainda há um distanciamento entre as discussões teóricas no âmbito acadêmico e as práticas de ensino efetivadas em boa parte das escolas brasileiras. Assim, embora haja uma vasta produção científica voltada para o ensino da língua portuguesa em território nacional, escassas são ainda, as publicações de pesquisas que apresentem, além de direcionamentos e orientações, propostas didáticas voltadas para um trabalho mais sistematizado com a oralidade em sala de aula. (DANTAS e MARINE, 2018, p.39)

Diante do exposto, destacamos a relevância do presente trabalho com o gênero oral debate tendo em vista que possibilitará aos alunos ampliar sua formação humana e linguística ao debater o racismo religioso, tendo em vista também ser este um gênero oral e que será aplicado em situação real de uso. Observamos, como destacado na assertiva, que ainda há um caminho a ser trilhado para que o ensino da oralidade seja efetivamente realizado nas salas de aula e possibilite ao aluno a compreensão dessa manifestação da linguagem, suas características e propriedades que lhes são intrínsecas.

O ensino da oralidade é um poderoso instrumento que possibilita ao discente melhores condições de desenvolver competências sociocognitivas, linguísticas e sociais necessárias ao ambiente democrático e plenamente cidadão. Para tanto, é fundamental que sejam apresentadas formas de trabalho com a oralidade que

justifiquem a relevância desta modalidade para o processo de comunicação e para o desenvolvimento do alunado.

Os seguintes pontos justificam a inclusão da LF nas práticas escolares: o ponto de partida para a reflexão gramatical será o conhecimento linguístico de que os alunos dispõem ao chegar à escola: a conversação (...) ver considerado na escola seu modo próprio de falar, ser sensibilizado para a aceitação da variedade linguística que flui da boca do outros, saber escolher a variedade adequada a cada situação – estes são os ideais de formação linguística do cidadão numa sociedade democrática. (CASTILHO, 2009, p.21)

A assertiva evidencia os pontos positivos e a necessidade de promover o uso da oralidade em sala de aula tendo em vista a importância de valorizar a língua falada pelo aluno de modo a sensibilizar para a presença da variação linguística na sociedade e que todas as variantes são igualmente válidas, devendo o aluno ser capaz de escolher a forma linguística mais adequada ao contexto de uso em que está inserido. Nesse cenário, a possibilidade de diminuir o medo e a vergonha do aluno de falar, por receio de 'errar', criará um ambiente de desenvolvimento de habilidades essenciais à vida em sociedade.

É importante que seja desenvolvida em sala de aula aquilo que Bortoni-Ricardo (2005) nomeou de pedagogia culturalmente sensível, que parte da premissa de que devemos criar ambientes de desenvolvimento de padrões de participação social e modos de falar que requeiram do professor estratégias para lidar com a variação ao mesmo tempo em que seja estimulada a capacidade de fala do aluno, respeitando às diferenças e conscientizando a respeito dos diversos ambientes de uso.

Ao considerarmos o desenvolvimento de uma pedagogia culturalmente sensível, devemos ter em mente a variedade de modos de falar dos alunos e alunas sem perder de vista a necessidade de apresentar a este público as variedades mais aceitas socialmente e necessárias para galgar posições ascendentes na sociedade; para tanto deve-se criar um ambiente de estímulo à fala, reafirmando a importância desta como objeto de estudo. Desse modo, devemos compreender:

A escola, caso trabalhe corretamente com a oralidade, permitirá à criança escolhas e mudanças muito mais profundas e abrangentes na sua variedade de fala, permitindo-lhe adaptar-se de forma mais eficiente a qualquer situação social, da mais informal e despreocupada, à mais formal e monitorada, sem nunca desrespeitar a variedade linguística de ninguém. (CARVALHO e FERRAREZI Jr, 2018, p.50)

Temos por evidente, dessa forma, que a oralidade é elemento indispensável na construção de uma perspectiva de ensino que se proponha a desenvolver a competência comunicativa dos alunos e que o seu ensino também traz a chance do planejamento necessário à sua produção e abstração para análise e compreensão do que é dito; enfatizando o leque de possibilidades que serão apresentadas aos alunos sem perder de vista o necessário respeito ao outro, ao seu ponto de vista ao seu modo de falar; isso requer da escola trabalho consistente e sistematizado.

Considerando que o ambiente de sala de aula é propício para interação pela linguagem e é também um espaço de convívio democrático e de respeito às diferenças, torna-se imprescindível desenvolver situações que favoreçam o uso da oralidade de modo a estimular a interação respeitosa e, dessa forma, possibilitar aos alunos e alunas condições de conviver de modo harmonioso, compreendendo que nos constituímos à medida que interagimos com os outros, Geraldi (2015); além disso, precisamos ter em mente que o ensino da oralidade deve ocorrer de modo sistemático e contextualizado a situações reais de uso da língua, concretizado nos gêneros do discurso.

Investir de modo planejado e reflexivo no trabalho com a oralidade em sala de aula criará condições para que aluno aprenda a situar-se de modo consciente no mundo atual e isso é de fundamental importância para que este exerça plenamente sua cidadania.

4.2. O QUE DIZ A BNCC SOBRE A ORALIDADE

Nos últimos anos, a educação brasileira foi objeto de uma gama de ações que têm como objetivo homogeneizar a oferta e o currículo da educação nacional; o primeiro passo nesse sentido foi a promulgação da lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que, dentre outros princípios, preconiza a criação da Base Nacional Comum Curricular.

LDB 9.394/96, Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Em face do que afirma a LDB, verificamos o caráter unificador inerente à BNCC tendo em vista a necessidade de padronizar a oferta da educação nacional com vistas a, teoricamente, oportunizar as mesmas condições e conteúdos curriculares a toda a classe estudantil do país, tal premissa é reforçada por Bonini e Costa-Hübes (2019, p.18) que afirmam:

A BNCC se apresenta como um documento de caráter informativo, que tem por finalidade arrolar o que, em seus próprios termos, seriam os aprendizes essenciais a serem desenvolvidos ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Em que pesem os equívocos conceituais e teóricos que caracterizam este documento, bem como as ressalvas que temos dado à falta de um trabalho efetivo de consultas às bases, daqueles que fazem o chão da escola no momento de sua construção (questões relevantes, mas que não cabem nas discussões aqui realizadas); a Base Nacional Comum Curricular, doravante BNCC, é o documento que atualmente norteia o fazer docente e as ações pedagógicas nas salas de aula e será sobre a concepção de oralidade presente no documento que nos debruçaremos para análise dos seus reflexos na prática de ensino.

No que se refere ao ensino da oralidade nas aulas de LP, o documento em questão compreende a oralidade como práticas sociais de interação que ocorrem em situações orais com ou sem contato face a face (BRASIL, 2018), o documento enumera também uma série de gêneros orais e exemplifica casos concretos para aplicação em sala de aula bem como estabelece uma série de competências e habilidades quanto ao uso da oralidade. Dentre as inúmeras habilidades, destacamos:

“Expressar-se em situações de intercâmbio oral com clareza, preocupando-se em ser compreendido pelo interlocutor e usando a palavra com tom de voz audível, boa articulação e ritmo adequado.” (BRASIL, 2018, p.95)

O documento, dessa forma, ratifica o entendimento da necessidade de mobilização de recursos para uso da modalidade oral da língua de modo a tornar a interação possível. Coadunamos com essa premissa e o trabalho aqui desenvolvido busca possibilitar ao aluno compreender os usos adequados dos recursos linguísticos disponíveis de acordo com o contexto interacional por meio da sustentação oral de um argumento e defesa responsiva de um ponto de vista.

A BNCC destaca a importância de elementos comuns aos gêneros orais, tais como: gestos, timbre da voz, movimentos corporais, dentre outros que ajudam a compreender o processo de interação característico dessa modalidade. Ao defendermos a proposição de um trabalho com o gênero debate, buscamos atender aos normativos constantes da BNCC quando desenvolvemos, dentre outros, os elementos acima mencionados; uma vez que o gênero debate requer a mobilização desses recursos para que sua realização seja efetiva.

De modo consciente ou não, a prática do professor está intrinsecamente relacionada à forma como vê o ensino de LP, nesse sentido, dentre as várias concepções de linguagem, conforme apresentadas por Travaglia (2009, p.23), a BNCC é sustentada pela abordagem interacionista de linguagem que é compreendida como:

Nessa concepção o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor. A linguagem é, pois um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sociohistóricos e ideológico.

Assim sendo, essa concepção que pode servir de orientação ao ensino de LP, conforme já apresentamos, ao possibilitar questões reais de uso da língua para que o alunado a vislumbre como algo presente no seu dia-a-dia.

Considerando as questões já suscitadas a respeito da concepção de linguagem e seus reflexos no ensino de acordo com a BNCC, o documento ainda salienta que os campos de atuação apresentados como categoria que vai relacionar-se à contextualização dos usos sociais da linguagem às aprendizagens historicamente constituídas e, dessa forma:

(...) contemplam dimensões formativas importantes de uso da linguagem na escola e fora dela e criam condições para uma formação para a atuação em atividades do dia a dia, no espaço familiar e escolar, uma formação que contempla a produção do conhecimento e a pesquisa; o exercício da cidadania, que envolve, por exemplo, a condição de se inteirar dos fatos do mundo e opinar sobre eles, de poder propor pautas de discussão e soluções de problemas, como forma de vislumbrar formas de atuação na vida pública; uma formação estética, vinculada à experiência de leitura e escrita do texto literário e à compreensão e produção de textos artísticos multissemióticos. (BRASIL, 2018, p.84)

Essa concepção requer que o professor se aproprie de dimensões que não têm recebido a necessária atenção pela prática docente, dimensões estas que coadunam com princípios atuais inerentes ao ensino de LP e que devem fomentar o uso pautado em situações cotidianas sobre as práticas e usos da linguagem que é entendida, então, como uma forma de atuar sobre outros indivíduos e sobre a sociedade pela interação, o que atribui ao ensino de LP um papel determinante na construção da sociedade.

A opção pelo tema do racismo religioso e do gênero oral debate se deu, dentre outros, tendo em vista a importância social do tema em questão para o pleno exercício da cidadania e por conta de o gênero debate promover o uso responsivo da língua para que o argumento defendido não se dê sem o necessário fundamento em informações e dados que o legitimem; dessa forma, o debate para equacionar ou mitigar o problema ocorrerá e o ensino atenderá aos seus princípios norteadores de formação integral.

Retomando o olhar sobre a oralidade, a BNCC no “eixo da oralidade” propõe que o trabalho docente deve ater-se a:

O tratamento das práticas orais compreende:

1. Consideração e reflexão sobre as condições de produção dos textos orais que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana
 - Refletir sobre diferentes contextos e situações sociais em que se produzem textos orais e sobre as diferenças em termos formais, estilísticos e linguísticos que esses contextos determinam, incluindo-se aí a multimodalidade e a multissemiose.
2. Compreensão de textos orais
 - Proceder a uma escuta ativa, voltada para questões relativas ao contexto de produção dos textos, para o conteúdo em questão, para a observação de estratégias discursivas e dos recursos linguísticos e multissemióticos mobilizados, bem como dos elementos paralinguísticos e cinésicos.
3. Produção de textos orais
 - Produzir textos pertencentes a gêneros orais diversos, considerando-se aspectos relativos ao planejamento, à produção, ao redesign, à avaliação das práticas realizadas em situações de interação social específicas.
4. Compreensão dos efeitos de sentidos provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos em textos pertencentes a gêneros diversos
 - Identificar e analisar efeitos de sentido decorrentes de escolhas de volume, timbre, intensidade, pausas, ritmo, efeitos sonoros, sincronização, expressividade, gestualidade etc. e produzir textos levando em conta efeitos possíveis.

Algumas conclusões que tiramos das questões apresentadas dizem respeito, principalmente, ao papel central do texto nas abordagens de ensino não apenas como pretexto de prescrições normativas, mas para contemplar situações reais de uso da língua; compreendemos também, que a oralidade na BNCC assume papel de relevância, mantendo o status garantido nos documentos que a antecederam, como modalidade importante para o progresso dos alunos e alunas, ajudando os aprendentes sobre a necessidade de falar com responsabilidade. (CARVALHO, FERRAREZI Jr, 2018, p.58)

Assim, o documento normativo cria condições para realização de um trabalho efetivo com essa modalidade da língua contemplando o horizonte da diversidade de gêneros sem perder de vista o horizonte social de uso, sem o qual o ensino perderia sentido. Para o desenvolvimento deste trabalho, lançamos mão dos princípios elencados na BNCC, pois, o gênero debate como um gênero oral, requer a reflexão sobre as diferentes situações de uso desses gêneros, promovendo a escuta ativa, a mobilização de estratégias argumentativas, produzir um debate levando em consideração os recursos necessários a sua produção bem como o uso responsivo dos recursos linguísticos e seus efeitos de sentido na interação.

Nessa perspectiva, na aplicação deste projeto, os pressupostos constantes da oralidade na BNCC no que tange a uma abordagem que contemple o uso da linguagem tanto na escola quanto fora dela, privilegiando o uso social; simultaneamente, a escolha pelo gênero debate para discutir o racismo religioso é uma forma de adentrar em um tema social de grande relevo de modo a levar o aluno a conhecer o tema proposto e agir para enfrenta-lo através de uma conduta plenamente cidadã.

4.3. A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COM O GÊNERO ORAL DEBATE EM SALA DE AULA

Ao longo deste trabalho afirmamos reiteradas vezes que as discussões em torno do ensino de Língua Portuguesa no Brasil, em especial nos últimos anos, têm focado em uma perspectiva voltada para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno de modo a habilitá-lo ao uso da palavra nas mais diversas situações sociais de interação e, dessa forma, a língua passa a ser vista como instrumento não apenas para comunicar, mas como uma forma de o sujeito agir, interagir com o interlocutor em situações concretas de comunicação.

Ao observarmos o contexto escolar, a realidade da sala de aula, constatamos que o gênero oral debate, pela sua natureza discursiva não é trabalhado de modo apropriado. Observamos que, na maioria das vezes, os alunos são instados a falar sobre determinado assunto aleatoriamente, não sendo consideradas as peculiaridades que são características ao gênero, os recursos de linguagem que lhe singularizam em determinados contextos sociais; reafirmamos, com isso, o entendimento apresentado por Silva (2015, p. 12) que diz:

O que percebemos a partir do contexto escolar, é que a aprendizagem dos gêneros discursivos, especificamente dos gêneros orais formais, torna-se para os alunos algo de difícil domínio, visto que envolve uma série de habilidades sociolinguísticas que os alunos não conseguem manejar.

Dada a pouca atenção ao ensino de gêneros orais, não seria de esperar algo diferente no trato desses gêneros por parte dos alunos, o uso reflexivo e sistemático da fala, as escolhas linguísticas conscientes no ato da interação implicam a necessidade que este gênero seja trabalhado com acuidade e com o devido tempo para atingir os objetivos pretendidos.

Como já ressaltamos em outro momento, o gênero oral debate é um gênero conhecido pela maioria do público de forma um tanto caricatural, por meio dos debates públicos de TV que ajudam a ter uma compreensão apenas superficial do gênero, o que é corroborado por Schneuwly e Dolz (2004, p.71) que afirma,

O debate é um gênero imediatamente reconhecível por todos. Nas suas formas mais caricaturais- que talvez são suas formas mais prototípicas, de modelos televisivos(...) - eventos que colocam, numa luta sem piedade, oponentes que tentam por todos os meios- particularmente pela persuasão, pela teatralização, pelo sensacionalismo, pela verbalização de insultos(...)- dominar, quiçá ridicularizar o adversário(...). O objetivo dessa empreitada é, mais do que encontrar uma resposta para uma questão, fazer triunfar, a qualquer preço, uma posição em detrimento da outra.

Destaca-se, então, que não deve ser essa a forma para que o debate seja trabalhado na escola, em um primeiro momento pode servir como exemplo para familiarizar os alunos com o gênero trabalhado, todavia, precisamos deixar claro que o debate deve ser pensado de modo diferente, sobretudo, no que se refere ao respeito em relação ao posicionamento adotado pelos interlocutores e à necessidade da construção argumentativa e a mobilização responsiva dos recursos linguísticos.

A perspectiva de um debate deve ser a discussão sadia e respeitosa sobre determinado assunto de tema controverso ou para a resolução de um problema- falaremos mais adiante sobre os tipos de debate- de modo que as tomadas de posicionamento, a argumentação e as escolhas linguísticas ocorram com o intuito de delimitar um ponto de vista e agir para dissuasão ou persuasão do interlocutor sem prejuízo a um ambiente de respeito mútuo.

A escolha pelo gênero em questão se deu por acreditarmos, dadas as suas características, que pode contribuir efetivamente para o desenvolvimento linguístico, social e ético de alunos e alunas, ainda mais quando nos propusemos a debater um tema de interesse social como é o caso do racismo religioso; destaca-se ainda que a construção da cidadania requeira que os indivíduos consigam posicionar-se diante de situações que lhes são colocadas.

O debate desempenha um papel importante em nossa sociedade, tende igualmente, a tornar-se necessário na escola atual, na qual fazem parte dos objetivos prioritários as capacidades dos alunos para defender-se oralmente um ponto de vista. (DOLZ et al., 2004, p. 214)

Reforça-se com isso o entendimento da função social do debate, que é de grande relevância para atuação na sociedade na qual somos constantemente colocados em situações que nos exigem demarcar posição. Considerando ainda que a manifestação oral pública de um ponto de vista requer, via de regra, coragem de quem toma a palavra e, dessa forma, a argumentação responsiva é essencial ao exercício democrático.

Ao considerarmos alguns elementos já apresentados no decorrer do trabalho quanto à necessidade de que o ensino de LP esteja voltado para o trabalho com gêneros textuais, que desenvolva ações que remetam a contextos de usos concretos da língua; temos a convicção de que, se forem devidamente capacitados, os alunos estarão aptos a usar os recursos linguísticos apropriados ao atendimento de uma dada situação comunicativa e alcançando o efeito de sentido almejado pelo contexto de interação ao qual está inserido.

A criação de dinâmicas, espaços e contextos que requeiram que o aluno se manifeste oralmente; a discussão a respeito de temas controversos e para a solução de um problema assim como a ação sobre questões de interesse comum para deliberação, orientam-se no sentido de criar uma dinâmica em que a turma é levada a romper o tradicional silêncio que reina em sala de aula quando exigidos pelo professor. Dessa forma, defendemos o que afirmam Schneuwly e Dolz (2004, p. 72) ao tratarem do gênero debate.

Essa dinâmica faz do debate um formidável instrumento de aprofundamento dos conhecimentos, de exploração de campos de opiniões controversas, de desenvolvimento de novas ideias e de novos argumentos, de construção de novas significações, de apreensão dos outros e de transformação de atitudes, de valores e de normas.

Quando projetamos levantar situações que criem rotinas e espaços de estímulo e uso da fala de modo consciente, respeitando os falares e opiniões diferentes, a sala de aula tornar-se-á um ambiente propício ao desenvolvimento cognitivo, social e linguístico que terão reflexos na constituição de indivíduos ativos na sociedade.

Ao defendermos uma proposta de trabalho com o gênero debate, em virtude da natureza deste gênero e a sua importância para o desenvolvimento dos alunos, partimos da premissa que este gênero permite a manifestação de um posicionamento com vistas a persuadir o interlocutor bem como contribui para construir soluções para problemas identificados na realidade social onde os indivíduos estão situados; na pesquisa em tela recorreremos a estes princípios para debater o Racismo Religioso.

O gênero debate caracteriza-se por ser um gênero secundário de acordo com a premissa defendida por Bakhtin (1997, p.281) que distingue os gêneros em primários e secundários,

Não há razão para minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso e a consequente dificuldade quando se trata de definir o caráter genérico do enunciado. Importa, nesse ponto, levar em consideração a diferença essencial existente entre o gênero de discurso primário (simples) e o gênero de discurso secundário (complexo). Os gêneros secundários do discurso — o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. - aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea.

Conforme apresentado, os gêneros primários são mais simples a exemplo de bilhetes, diálogo cotidiano. Por sua vez, os gêneros secundários, por serem mais complexos; requerem mais do indivíduo para que possam ser compreendidos e usados adequadamente. O gênero debate caracteriza-se como gênero secundário e com isso exige maior elaboração e cuidado de uso por parte do sujeito no contexto de enunciação.

Ao optarmos pelo gênero debate como instrumento para consecução desta pesquisa se dá porque vislumbramos nesse gênero como adequado para consecução do desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, promover o desenvolvimento da oralidade, da capacidade de argumentação e possibilitar condições de aprofundar o conhecimento em temas de interesse social.

Defendemos o que asseveram Schneuwly, Dolz et al., 2004, p. 214) ao tratar do ensino do gênero debate:

- o debate, que desempenha um papel importante em nossa sociedade, tende igualmente a tornar-se necessário na escola atual, na qual fazem parte dos objetivos prioritários as capacidades dos alunos para defender oralmente ou por escrito um ponto de vista;
- esse gênero pertence claramente às formas orais de comunicação e inclui um conjunto de capacidades privilegiadas nesse modo de comunicação: gestão da palavra entre os participantes, escuta do outro, retomada de seu discurso em suas próprias intervenções, etc.;
- o debate coloca assim em jogo capacidades fundamentais, tanto dos pontos de vista linguístico (técnicas de retomada do discurso do outro, marcas de refutação etc.), como ponto de vista individual (capacidade de se situar, de tomar posição, construção de identidade).

Os elementos acima elencados evidenciam a importância do gênero debate como instrumento para promoção de habilidades imprescindíveis à formação plena do aluno não somente no âmbito linguístico, mas também sociocultural.

Ao contrário do que se costuma imaginar a respeito dos gêneros da oralidade quanto ao suposto ‘caos’ que lhe caracteriza; o gênero debate, mesmo em situações menos formais requer que o participante tome a palavra de modo refletido, respeitando as opiniões diferentes, retomando falas anteriormente proferidas e tais atitudes exigem sistematicidade e planejamento de quem toma a palavra; portanto, ao fazer uso desse gênero, a escola cumpre relevante papel na formação dos alunos quanto à compreensão e utilização desses elementos em contextos reais de interação.

No que tange à abordagem do gênero na presente pesquisa, proporcionar o trabalho com o debate enfatiza, dentre outros, a importância de desenvolver a oralidade em sala bem como conhecer o Tambor de Mina e construir argumentos para combater o racismo religioso em relação a essa religião, algo que está fortemente presente no seio da nossa sociedade. Além do mais, possibilitará ao aluno compreender as diferenças de uso da língua de acordo com o contexto sociocomunicativo, valorizando a sua forma de falar ao mesmo tempo em que fornece os instrumento e condições para uso de outras formas linguísticas. Dentre

outras questões, buscamos, com isso, prover o alunado da necessária instrumentalização para atuação social e o desenvolvimento integral de suas capacidades sociais e cognitivas.

Ante o exposto, devemos ter mente que não basta somente lançar um tema qualquer e pedir aos alunos que façam a defesa de um determinado ponto de vista. O trabalho com o gênero debate requererá do docente a imersão no gênero proposto para compreender suas características e composição, bem como a orientação do aluno para coleta de informações e dados para defesa de um ponto de vista de modo coerente e que respeite as opiniões contrárias, pois, o aluno precisará lançar mão de estratégias argumentativas para a interação forma e pública e isso irá requerer o aprofundamento do gênero e do tema trabalhado que são objetivos pertinentes ao trabalho com o gênero em questão.

Aliado aos elementos apresentados, DOLZ; SCHNEUWLY; De PIETRO, (2004, p.262) apresentam quatro dimensões que devem ser consideradas para a escolha do tema do debate:

- dimensão psicológica: interesse dos alunos;
- dimensão cognitiva: nível de complexidade compatível com a turma;
- dimensão social: aprofundamento crítico-social
- dimensão didática: conteúdo de aprendizagem.

Ao considerarmos as dimensões apresentadas pelos autores genebrinos, concluímos que vai ao encontro daquilo que propomos no que se refere à abordagem que faremos do gênero debate, pois- ainda trataremos disso mais adiante, as dimensões serão contempladas quanto, por exemplo, ao interesse demonstrado pelos alunos em conhecer mais sobre o Tambor de Mina, se mostrando sensíveis ao tema social proposto o que, de cara, já contempla três das quatro dimensões que devem ser consideradas; e no que concerne à quarta dimensão, faremos a correlação com o objeto de aprendizagem por um viés significativo e contextualizado às demandas atuais ao trabalhar os operadores argumentativos; dessa forma acreditamos que podemos contribuir efetivamente para mudança na formação da turma.

Reiteramos que o trabalho com o gênero oral debate não pode ocorrer sem o devido planejamento, sem considerar as marcas de oralidade que caracterizam este gênero em contexto formal, mais monitorado, e ainda não pode ser trabalhado de modo a apenas instigar a manifestação descontextualizada e assistemática do aluno. Para o pleno desenvolvimento deste gênero precisamos sistematizá-lo e propor atividades que sejam devidamente planejadas e o aluno possa lançar mão de estratégias argumentativas e linguísticas para a interlocução produtiva por meio de escolhas apropriadas, sempre pautado pelo respeito ao outro.

4.4. TIPOS DE DEBATE

A realização de um debate pode se dar tanto em situações informais do dia-a-dia e em conversas cotidianas com amigos e familiares como também em situações de uso formal da língua oral, dessa forma, pretendemos apresentar algumas características deste gênero para melhor compreensão do percurso que iremos percorrer para implementação da proposta pedagógica com esse gênero em sala de aula.

Pensamos o trabalho com o gênero debate considerando a sua natureza argumentativa, em situação formal, que pressupõe o trabalho com a linguagem monitorada em contextos reais de uso da língua em contraponto ao que observamos no trato com a oralidade na escola. A perspectiva do trabalho com a argumentação deve se fundamentar em uma lógica de práticas sociais instituídas que materializem situações contextualizadas de uso da língua, conforme propõe Ribeiro (2009, p. 20)

[...] estamos propondo pensar a argumentação sob uma perspectiva de linguagem que se fundamenta em movimentos discursivos sobre os quais os falantes agem e constroem novos discursos. E esses movimentos são intrinsecamente marcados por uma dialética que materializa no dizer (posição social do falante), na finalidade do dizer e na interação que se estabelece entre os falantes (enunciador/destinatário) permeadas por práticas sociais instituídas culturalmente.

Compreendemos que a constituição do trabalho com um gênero argumentativo como o debate perpassa pelo entendimento de que os discursos são decorrentes de uma historicidade que forja os sujeitos envolvidos na interação, interferindo, conseqüentemente, no seu modo de representar o mundo; os movimentos discursivos refletem a postura do interlocutor ante o enunciado proferido e são decorrentes desse princípio de organização, tornando-se com isso necessários à compreensão do debate.

Para que as metodologias desenvolvidas se adequem ao planejamento proposto no trabalho, precisamos definir o tipo de debate que pretendemos utilizar; para tanto usamos o entendimento de Schneuwly et al. (2004, p. 215) que apresentam três tipos de debate: o debate de opinião de fundo controverso, o debate deliberativo e o debate para resolução de problemas.

- “O debate de opinião de fundo controverso, que diz respeito a crenças e opiniões, não visando uma decisão, mas uma colocação em comum das diversas posições, com finalidade de influenciar a posição do outro, assim como de precisar ou mesmo modificar a sua própria (...). Por meio das confrontações e dos deslocamentos de sentido que permite e suscita, o debate representa aqui um poderoso meio não somente de compreender um assunto controverso por suas diferentes facetas, mas também de forjar uma opinião ou de transformá-la;
- O debate deliberativo, no qual a argumentação visa a tomada de decisão (...), pode permitir traçar soluções originais que integram posições anteriormente opostas.
- O debate para solução de problemas. A oposição inicial é aqui da ordem dos saberes, dos conhecimentos (...); uma solução existe, mas ela não é conhecida e é preciso elaborá-la coletivamente, explorando as contribuições de cada participante”.

Considerando que o debate é um gênero que tem como premissa a argumentação, não podemos deixar de ratificar que este deve ocorrer de forma respeitosa, interativa e colaborativa; para consecução desses objetivos é necessário a realização de um trabalho planejado e que instrua os sujeitos envolvidos na interação a entender a dinâmica de organização desse gênero.

Outro elemento constitutivo do debate que merece atenção considerando a sua relevância para a constituição do gênero é o tipo de argumento. Toda intervenção em um gênero argumentativo, denominado como intervenção

argumentativa, é resultante do posicionamento de um locutor, de concordância ou discordância, em relação ao que lhe é apresentado e a maneira com que ele age a partir desse posicionamento, como articula a defesa ou refutação para sustentar seu ponto de vista. Para melhor compreensão do que falamos, recorremos a Ribeiro (2009, p.78 e 79) que apresenta os seguintes tipos de argumentos:

1. “Argumento baseado na autoridade. Nesse tipo de argumento, os recursos invocados para serem usados como prova argumentativa são muito variáveis e podem estar representados por parecer unânime de determinado grupo ou por certas categorias sociais, tais como cientistas, filósofos, profetas, linguistas, etc.
2. Argumento baseado no consenso. Nesse caso, o argumento se reveste de caráter essencialmente ideológico. Por isso, o que assegura sua veracidade e consistência são a propagação e preservação pelo grupo social no qual ele foi gerado.
3. Argumento baseado em provas concretas. Com esse tipo de argumento, recorre-se a experiências vividas ou a fatos comprobatórios (estatísticas, dados históricos, etc) que possam consolidar as justificativas apresentadas.
4. Argumento baseado no raciocínio lógico. A argumentação se apoia em duas formas de raciocínio: a dedução, em que o discurso vai do geral para o particular, e a indução, que faz o percurso inverso, do particular para o geral”.

Os tipos de argumento apresentados acima são aqueles mais comuns usados pelas crianças durante o processo de aprendizado da argumentação oral. Logicamente que por se tratar de indivíduos aprendentes em processo de amadurecimento e constituição enquanto sujeitos, algumas representações desses argumentos ainda ocorrem de modo incipiente; cabendo à escola, prover os meios para o pleno desenvolvimento dessas habilidades.

Feitas essas considerações, o foco do trabalho que aplicaremos em sala de aula, considerará a relação intercambiável entre os tipos de debate considerando que o trabalho em sala não se dá de modo estanque, ou seja, todas as formas de debate são igualmente importantes e ocorrerão situações em que será contemplado um tipo de debate, como o de opinião de fundo controverso, todavia sem esquecer as demais formas durante a realização do trabalho. A mobilização dos diferentes

tipos de debates é importante para a construção da aprendizagem, pois os alunos os aplicarão de acordo com o contexto de realização do debate.

4.5. OS OPERADORES ARGUMENTATIVOS

Dentre os vários elementos linguísticos que estruturam o gênero debate optamos, para fins didáticos, estudar os operadores argumentativos como conteúdo de linguagem a ser desenvolvido durante a aplicação do projeto.

Estudar os conteúdos de linguagem para além do viés normativo-prescritivo requer do profissional o desenvolvimento de estratégias de ensino que tornem esse conteúdo significativo para o aluno; para tanto precisamos pensar em formas que apresentem esse objeto em situações reais de uso da língua. Os operadores argumentativos são elementos essenciais à interação e seu uso não precisa ficar restrito às funções de coordenação e subordinação dentro da frase isolada, mas devem ser usados em função da carga semântica que trazem e dos efeitos de sentido que produzem durante o processo de argumentação.

Como sujeito produtores de discursos, agimos e interagimos com o mundo por meio da linguagem em contextos sociohistórico e ideologicamente situados; a produção de discursos não se dá num vazio interacional, dito isto, compreendemos que para a necessária compreensão do papel argumentativo do gênero debate precisamos prover a turma dos instrumentos estruturais e linguísticos que dão vida ao gênero em questão. Com efeito, a carga semântica inerente aos operadores argumentativos reflete em boa medida a intencionalidade discursiva adotada pelo falante.

Partindo da premissa de que a linguagem é interacional, todo ato de comunicação deve gerar nos interlocutores uma atitude responsiva frente ao que lhe é apresentado, nesse sentido, Volóchinov (2013 [1979], p. 271), afirma:

O ouvinte que percebe e compreende a significação de um discurso adota para com este discurso uma atitude responsiva: ele concorda ou discorda, completa, adapta [...]. A compreensão de uma fala, de um enunciado é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa.

Corroborando a assertiva apresentada, entendemos que o ato comunicativo deve gerar condutas nos interlocutores que reagem ativamente ao discurso proferido; não é possível promover um trabalho com gênero de natureza argumentativa, como o debate, sem que esteja situado em um contexto real de comunicação em que os sujeitos envolvidos possam interagir significativamente.

Nesse quadro, os atos de concordar, discordar, acrescentar algo ao que é dito implicam atitudes e requerem que o aluno tenha conhecimentos não só de ordem ideológica como também de ordem linguística, que é representado, no caso em questão, pelos operadores argumentativos que ajudam na organização dos movimentos argumentativos durante o debate. Oliveira (2018 p. 120) caracteriza assim os operadores argumentativos:

Os operadores argumentativos são expressões colocadas explicitamente na produção textual e que têm a função de indicar a carga argumentativa no texto. O uso adequado dessas expressões promove a ligação entre as informações de um texto, fato que contribui para as dimensões relativas à coesão e coerência.

Os operadores argumentativos, dessa forma, contribuem para compreensão e melhor uso da argumentatividade constante no processo de interação, contribuindo para melhor compreensão do que é comunicado. É importante destacar que o trabalho com operadores argumentativos ao qual nos propomos não se atém ao viés meramente gramatical, mas aos efeitos de sentido, explorando a semanticidade desses recursos e a capacidade de organização das ideias e do desenvolvimento da argumentação, ou seja, o uso desses recursos linguísticos em prol do processo de interação que caracteriza o gênero debate.

Koch (2023, p. 30-35) nos apresenta um vasto estudo e um amplo leque de operadores argumentativos, dos quais apresentamos alguns exemplos:

- A) Operadores que assinalam o argumento mais forte: até, até mesmo, inclusive.
- B) Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão: e, também, ainda, não só mas também, além de ...,etc

C) Operadores que introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados: portanto, logo, pois, em decorrência, conseqüentemente, etc.

D) Operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias: mas, porém, todavia, contudo, embora, ainda que, apesar de que, etc.

Destacamos, então, que os operadores argumentativos desempenham importante papel não só no que tange à progressão discursiva como também nos aspectos argumentativos, encadeando os argumentos e reforçando também o desenvolvimento de uma atitude responsiva dos sujeitos envolvidos na interação já que ao reagir a falas proferidas em um debate, a reação se dá em torno de posicionamentos que se manifestam também pela escolha dos recursos linguísticos apropriados ao contexto de interação demarcando a intencionalidade discursiva.

Os conteúdos escolares não devem ficar restritos apenas a um conjunto de informações sem uso significativo, mas devem relacionar-se, dentre outros, ao desenvolvimento de capacidades cognitivas e também sociais, fomentando a formação humana integral; a escolha dos operadores argumentativos como conteúdo de linguagem neste trabalho se deu, reiteramos, pela sua importância à interação ao denotar os posicionamentos assumidos pelos sujeitos.

5. METODOLOGIA

Nos últimos anos, a pesquisa científica e o ambiente acadêmico sofreram muitos e injustos ataques fruto do reacionarismo ascendente na sociedade brasileira. Diante desse contexto, fazer ciência e promover a pesquisa científica ganhou ainda mais importância considerando a necessidade de defender o que é produzido na academia e seus impactos para a vida em sociedade.

Nesta perspectiva, a pesquisa voltada para ações que buscam contribuir de modo efetivo para melhoria do ambiente educacional tendo em vista a realidade do ensino no Brasil, tornam-se elementos importantes para promover a interligação entre o chão da escola e a pesquisa acadêmica.

Para alcançar tal resultado, um passo importante precisa ser dado no que se refere à capacidade de, nós professores, refletirmos sobre a nossa prática; esta ação é de grande importância para melhoria do processo educacional tendo em vista o quão importante se faz a reflexão acerca dos impactos que o método de ensino, os conteúdos trabalhados, os objetos de ensino desenvolvidos têm causado na vida de alunos e alunas. A mudança na tessitura sobre a qual se organiza a sociedade sofrerá grandes mudanças a partir de um trabalho reflexivo do professor. Precisamos pensar se as ações que estamos desenvolvendo estão relacionadas ao contexto social, macro e microestrutural no qual o aluno está inserido e para encarar dificuldades de aprendizado e problemas de ordem social identificados a partir da observação da sala com o objetivo de tornar melhor a sua prática pedagógica.

O professor pesquisador não se vê apenas como um usuário de conhecimento produzido por outros pesquisadores, mas se propõe também a produzir conhecimentos sobre seus problemas profissionais, de forma a melhorar sua prática. (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 46)

O professor que reflete sobre a sua prática e a partir de suas vivências cotidianas consegue produzir conhecimentos com base na experiência adquirida em sala de aula, desenvolvendo ações e metodologias com vistas à melhoria do processo ensino-aprendizagem, contribuirá de modo mais efetivo para o desenvolvimento dos alunos.

Diante desse contexto reiteramos que, considerando a possibilidade de agirmos para enfrentar o racismo religioso por meio do gênero debate, optamos por desenvolver uma pesquisa do tipo participativa ancorada nos postulados da pesquisa-ação que é um tipo de pesquisa voltada à mudança de realidades ao mesmo tempo em que produz conhecimento ratificando, dessa forma, sua ação transformadora.

A pesquisa precisa estar intrinsecamente vinculada à prática de ensino considerando o papel do professor como sujeito que lida cotidiana e estruturalmente com uma série de problemas e, juntamente com a turma, busque soluções para enfrentá-los; dessa forma, toda pesquisa-ação é do tipo participativa, pois, a participação das pessoas que são afetadas pelo problema identificado é essencial para o sucesso do trabalho. A orientação da pesquisa-ação prevê que o pesquisador vivencie e participe ativamente do ambiente pesquisado, buscando a identificação de problemas importantes no contexto em que realiza a pesquisa, formas de intervir e propor soluções. A respeito desse tipo de pesquisa Thiollent (1986, p.14) afirma:

(...) a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

A partir dessa concepção, a pesquisa-ação tem como eixo norteador solucionar problemas reais; dessa forma, somos instados a refletir sobre a prática de modo a identificar questões atinentes a posturas e problemas de ordem social e de aprendizado que trazem prejuízos ao ambiente educacional e ao desenvolvimento do ensino.

Tendo como premissa os pressupostos da pesquisa-ação e a necessidade de ressignificarmos nossa prática a partir do conhecimento de problemas que emergem da realidade da sala de aula, a proposta deste trabalho seguiu os passos sugeridos em Engel (2000), conforme imagem a seguir.

O Processo de Investigação-Ação

Apresenta um modelo típico de ciclos em espiral (figura 2):

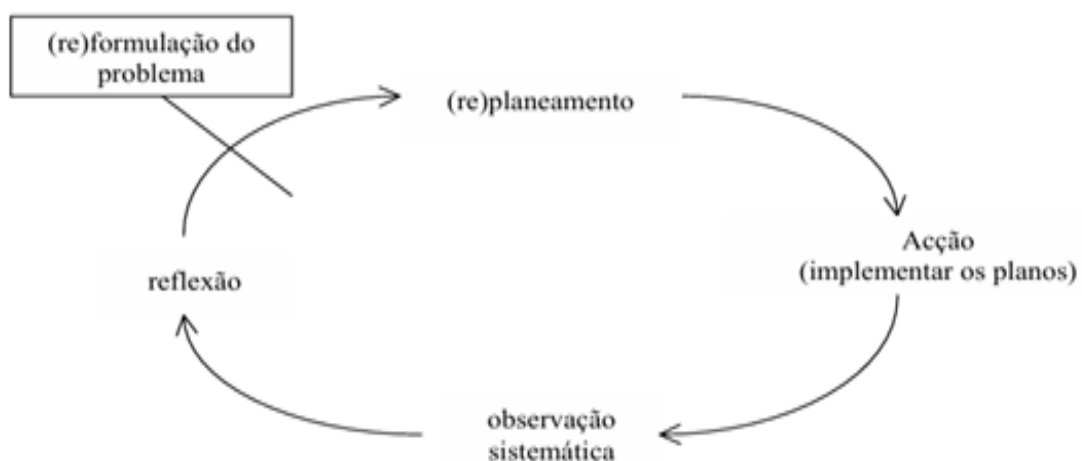


Figura 2. Modelo cíclico da investigação-ação

O esquema representado acima nos ajuda a reconhecer o caráter cíclico reflexivo da pesquisa-ação de modo que compreendamos que os passos para sua realização estão interligados e passíveis de revisão ao longo do processo. Para cumprir seus objetivos, a pesquisa ação é realizada seguindo os passos descritos a seguir.

Importante destacar que em consonância com as diretrizes éticas para a pesquisa que envolve pessoas, solicitamos autorização da escola e dos responsáveis dos alunos para desenvolver esta pesquisa bem como submetemos à análise do comitê de ética. (ANEXOS I e II)

5.1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Nesta etapa, nos deparamos com algo que acontece no ambiente onde o pesquisador está inserido e a busca de soluções para equacioná-lo. Problema é entendido como “a consciência, por parte do pesquisador, de que algo que o intriga, que pode ser melhorado na área de ensino” (Engel, 2000, p.186). Neste momento do processo é importante que a definição seja feita de modo coletivo, com a participação efetiva dos alunos com vistas a também torná-los mais interessados e propensos a interagir para a resolução do problema proposto.

Nos últimos anos passamos a nos interessar sobre o trato das questões raciais em sala de aula especialmente no que tange à percepção quanto às manifestações religiosas do Tambor de Mina tendo em vista que, geralmente, os aspectos religiosos da vida afro-brasileira quase nunca são trabalhados considerando a orientação eurocêntrica de mundo que impõe todo tipo de violência em relação a essas religiões. Além disso, algumas falas reproduzidas pelos alunos, apresentadas mais adiante, que demonizavam os cultos da Mina nos ajudaram a ratificar a reflexão quanto a essa mazela social em nosso ambiente de trabalho. Somada a essa questão, nos intrigou, como professor, a falta de estímulo à oralidade em sala de aula e a dificuldade dos alunos em manifestar seu ponto de vista. Todas as vezes que os instigávamos a falar, percebíamos o silêncio reinante na sala, só se manifestavam depois de certo tempo e incentivo, o medo e a vergonha eram sentimentos que dominavam a turma.

Dessa forma, a delimitação do problema nesta pesquisa se deu considerando o racismo religioso e a necessidade de promover ações de estímulo à oralidade de modo consciente e responsivo com vistas a combater esse problema e incentivar os alunos a falar, a expor seu ponto de vista objetivando a sua formação cognitiva, linguística, ética e cultural.

5.2. PESQUISA PRELIMINAR

Esta etapa subdivide-se em revisão bibliográfica, observação em sala de aula e levantamento da necessidade. Na presente pesquisa, fizemos o levantamento bibliográfico de obras que abordam o racismo no Brasil, bem como autores que tratam do Tambor de Mina no Maranhão. No que tange ao gênero textual debate, nos debruçamos sobre os autores que ajudam a compreender os gêneros orais, em especial, o debate e seu uso adequado em sala de aula e também dos documentos normativos que balizam a educação nacional ao mesmo tempo em que buscamos referências em outros trabalhos acadêmicos do PROFLETRAS que tratam da oralidade e do gênero debate.

A partir do momento em que nos dedicamos a compreender a importância da oralidade para o desenvolvimento cognitivo, ético e social dos alunos e, simultaneamente, aprofundamos o conhecimento sobre o racismo religioso, o olhar sobre a nossa prática mudou substancialmente; nos damos conta de quão importante é debater questões atinentes à racialidade em sala de aula. Precisávamos mudar a forma de enfrentar o racismo e, para consecução dessa mudança de perspectiva, estimular o uso da oralidade por meio do gênero debate. Para levantamento das necessidades dos alunos, lançamos mão, além da observação, de uma conversa realizada em sala onde fizemos a pergunta “Qual assunto você gostaria de conhecer mais e debater na escola?”. Nessa conversa, tivemos o apontamento e fomos anotando no quadro temas sugeridos: namoro na adolescência, uso de celular na escola, violência contra a mulher, racismo, religião. Na etapa de observação, aproveitando que foram sugeridos os temas religião e racismo, perguntamos à turma o que pensavam sobre o Tambor de Mina e as respostas, que serão discutidas mais à frente, carregadas de um viés pejorativo e negativo nos ajudaram a sedimentar a importância de desenvolver esta ação de enfrentamento ao racismo religioso. Abaixo reproduzimos um diálogo que corrobora a visão que alguns alunos tinham em relação ao Tambor de Mina.

Professor: - Qual a religião que você pratica ou que igreja frequenta?

Aluna A: - Eu frequento Terreiro porque a minha avó tem um terreiro e organiza festas.

Aluna B (comentando com uma colega ao lado): - É macumbeira! É do diabo!

Aluna A: - Minha avó não é do diabo porque ela nunca fez mal pra ninguém

Ao consideramos os assuntos indicados pela turma para debater em sala de aula, somado à visão que tinham sobre o Tambor de Mina, exemplificada pelo diálogo acima; tivemos então, atendendo aos postulados de observação da sala e delimitação do problema, tivemos a certeza da necessidade de desenvolver uma proposta de trabalho que considerasse o enfrentamento do racismo religioso. Ainda nesta etapa do processo, para levantar mais dados que pudessem nos ajudar a entender a dimensão do problema a ser enfrentado, exibimos um vídeo de um ritual de Mina e pedimos aos alunos que manifestassem suas impressões acerca do vídeo. O sentimento majoritário foi de estranhamento e ouvimos expressões como “é coisa do diabo”, “tem espírito ruim”, dentre outras, que denotavam uma postura negativa em relação a essa manifestação.



Momento de exibição de vídeo de um ritual do Tambor de Minha, a obrigação de Acóssi. Foto Tirada pelo autor, acervo da pesquisa de campo.

5.3. PLANO DE AÇÃO

Esta etapa apontada por Engel (2000) compreende também as respectivas propostas de intervenção que visam apresentar caminhos, a partir das situações identificadas, para enfrentar e mitigar o problema detectado bem como promover o desenvolvimento sociocognitivo do público contemplado pela pesquisa.

Com a orientação da pesquisa-ação, os pesquisadores em educação estariam em condição de produzir informações e conhecimentos de uso mais efetivo, inclusive no nível pedagógico. Tal orientação contribuiria para o esclarecimento das microssituações escolares e para a definição de objetivos de ação pedagógica e de transformações mais abrangentes.

Cabe a nós professores atuar como elo entre a realidade social que interfere no dia-a-dia da escola e o conhecimento produzido na academia, buscando, nós mesmos, a partir da reflexão sobre a nossa prática, apresentar soluções para equacionar problemas reais em sala de aula sem perder de vista o rigor científico que deve caracterizar a pesquisa.

O plano de ação desenvolvido nesta pesquisa configurou-se com a aplicação de uma proposta de intervenção com objetivo de fazer os alunos refletirem acerca da forma como o racismo religioso está sedimentado na sociedade e como reproduzimos, conscientemente ou não, discursos e práticas que reverberam o racismo em relação ao Tambor de Mina. Nesse plano, também buscamos ressignificar o uso da oralidade em sala de aula por meio do conhecimento do gênero debate e a importância da manifestação da opinião para a vida social por meio do uso consciente dos recursos linguísticos, que devem ser mobilizados e compreendidos em função do contexto de uso e das intencionalidades discursivas. A aplicação do plano de intervenção se deu com vistas à ressignificar, tanto para nós quanto para os alunos, a percepção sobre o Tambor de Mina como elemento da religiosidade afro-brasileira e da oralidade em sala de aula. Para tanto, foi necessário mudanças na metodologia até então adotada para que as mudanças pretendidas fossem efetivamente implementadas.

O projeto interventivo foi aplicado considerando também a flexibilidade inerente a qualquer planejamento de ensino, buscando a inserção de metodologias coerentes ao tema trabalhado de modo a trazer sugestões para o trato das questões raciais em sala de aula e no uso do gênero debate visando integrar, especialmente, os operadores argumentativos como conteúdos de linguagem com o propósito de oportunizar o uso responsivo e coerente desses recursos linguísticos essenciais à comunicação coerente e que demarcam a intencionalidade discursiva dos sujeitos na interação.

A proposta pedagógica de intervenção foi aplicada ao longo de dez encontros, em um período aproximado de um mês e meio, desenvolvida no decorrer do quarto bimestre de 2023 em uma turma do oitavo ano do ensino fundamental.



Conversa da turma com uma Mãe de Santo. Foto Tirada pelo autor, acervo da pesquisa de campo.

A coleta de dados e a avaliação se deram no decorrer do processo de aplicação da proposta de intervenção, considerando que:

A pesquisa-ação é autoavaliativa, isto é, as modificações introduzidas na prática são constantemente avaliadas no decorrer do processo de intervenção e o feedback obtido do monitoramento da prática é traduzido em modificações, mudanças de direção e redefinições, conforme necessário, trazendo benefícios para o próprio processo, isto é, para a prática, sem ter em vista, em primeira linha, o benefício de situações futuras. (ENGEL, 2000, p. 184-185)

E justamente, pela compreensão deste princípio dialético que caracteriza a pesquisa-ação, onde os resultados obtidos ajudam a refletir sobre a ação e rever condutas adotadas, acreditamos que o caminho trilhado será de grande valia para a mudança de posturas quanto ao racismo religioso em relação ao Tambor de Mina ao mesmo tempo em que poderá contribuir para melhor compreensão e uso do debate em sala de aula.

A etapa de avaliação foi importante também para rever nossas crenças e práticas em relação ao ensino de Língua Portuguesa, de modo a considerarmos a abordagem de temas sociais e de interesses dos alunos para nortear o trabalho pedagógico. Foi importante perceber que dedicar tempo e reflexão acerca do nosso trabalho nos ajuda na realização de ações que possibilitem o desenvolvimento significativo dos alunos atendidos. Com os resultados obtidos ao longo deste processo foi possível verificar o desenvolvimento da turma e mudança de condutas sociais bem como maior participação nas aulas. Para comunicação dos resultados obtidos e para ajudar outros profissionais a desenvolver essa abordagem, optamos pela produção de um Caderno Pedagógico do Professor onde descrevemos as atividades desenvolvidas ao longo desta proposta de intervenção.

5.3.3. Contexto da pesquisa

Como professor da Rede Pública Municipal de Ensino no município de Pinheiro - MA, desenvolvemos a pesquisa em tela na Rede de ensino onde

trabalhamos, para tanto, apresentaremos uma breve descrição da cidade e da escola em que o trabalho foi realizado.

A cidade de Pinheiro, localizada no Baixada Ocidental Maranhense, é conhecida por seus campos alagados que circundam a cidade e interferem, durante os ciclos de cheia e seca, na vida de milhares de pessoas que por eles são influenciadas. Por ser um centro de oferta de serviços bancários, hospitalares e instituições de ensino, a cidade de Pinheiro funciona como núcleo para os municípios circunvizinhos, gerando um deslocamento de pessoas de outros 23 municípios da região em busca dos serviços prestados na cidade.

O Colégio Domingos Perdigão, instituição de ensino onde trabalhamos e que escolhemos para a realização desta pesquisa, fica localizada em uma região 'de transição', pois, o bairro de Pacas, onde a escola está situada, era um povoado que em virtude do crescimento urbano registrado no município passou a ser denominado bairro e atende uma série de povoados menores que ficam no seu entorno, tornando o bairro uma espécie de polo da região. A região não dispõe de rede bancária; há duas praças, uma ao lado da outra, que são o principal ponto de lazer do bairro e um posto de saúde que atende a toda região.

No aspecto religioso, o bairro conta com uma igreja católica em homenagem a Nossa Senhora da Conceição e vários templos evangélicos espalhados ao longo do bairro; nas regiões mais centrais não há registros de Terreiros de Mina, os que existem, ficam em regiões mais periféricas do bairro e nos povoados menores.

A escola atende tanto alunos que moram na sua proximidade quanto àqueles provenientes de povoados distantes até 40 km de distância do local, atendendo um total de 800 alunos aproximadamente o que a torna uma das maiores escolas da Rede Municipal e funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno com oferta de Ensino Fundamental Regular do primeiro ao nono ano, incluindo oferta na modalidade Educação de Jovens e Adultos, contando com aproximadamente cinquenta e seis funcionários (cinquenta professores, uma coordenadora pedagógica, uma diretora e quatro funcionários administrativos).



Colégio Domingos Perdigão, Pho-Ma. Foto Tirada pelo autor, acervo da pesquisa de campo.

A descrição acima nos dá um retrato da realidade sociocultural e religiosa do bairro que carece de várias ações estruturantes por parte do poder público, destacando a importância da escola que é um lugar de esperança de transformação social dadas às condições socioeconômicas do público atendido. Diante desse quadro, considerando o ambiente social, educacional e religioso da realidade onde a escola está inserida, vislumbramos estes aspectos como importantes para a realização da pesquisa em tela, tendo em vista que estes elementos reproduzem uma realidade social que carece de ações necessárias a sua transformação.

Os sujeitos da pesquisa, além do professor pesquisador, são vinte e três alunos e alunas do oitavo ano do ensino fundamental; dezesseis meninas e sete meninos que têm, em média, entre 12 e 13 anos. A maioria proveniente de povoados adjacentes ao bairro polo e que precisam deslocar-se grandes distâncias até chegar à escola. A dependência de transporte público acarreta uma série frequente de problemas para esses alunos em virtude da precariedade do serviço público prestado, tais como: excesso de faltas por não ter transporte por conta de 'quebras' dos veículos, atrasos em razão do difícil acesso, dentre outros.

A quase totalidade dos alunos são filhos de agricultores, pescadores e comerciantes locais e, sem exceção, participam de programas de transferência de renda do governo federal e, por isso, vão à escola, não apenas para estudar, mas também para assegurar garantias mínimas de renda e cidadania.

Além dessas questões, constatamos que, no aspecto religioso, temos o seguinte contexto: cinco alunos não frequentam ou não sabem identificar a qual religião pertencem, dez são católicos, seis são evangélicos do ramo neopentecostal e dois se identificaram como adeptos do Tambor de Mina/Umbanda/Pajelança (esses termos se confundem no interior do Maranhão sendo identificados muitas vezes como sinônimos) em decorrência da ancestralidade, cujos avós têm Terreiros e fazem cultos às entidades e caboclos da Mina. Destacamos ainda que da totalidade da turma, apenas oito não se identificam como negros.

Alguns alunos apresentam domínio básico de leitura, aquém do esperado para o oitavo ano do ensino fundamental; dois têm dificuldades crônicas de decodificação de palavras. A maioria tem vergonha de falar em situações formais mesmo quando instigados pelo professor. Todavia, apesar dessas situações a turma se mostrou muito interessada em aprender e disposta a participar do projeto desancando-se também que eram alunos muito disciplinados.

A caracterização dos sujeitos da pesquisa destacando aspectos socioeconômicos, culturais e religiosos bem como a idade do grupo é importante para termos uma visão do ambiente onde a proposta será aplicada e compreendermos que as ações desenvolvidas para abordar o tema do racismo religioso por meio do debate podem efetivamente contribuir para mudança social sem perder de vista a melhoria das capacidades cognitivas e linguísticas do público atendido.

Com base na observação realizada e das devolutivas da turma quanto ao interesse pelo tema do racismo religioso bem como a reprodução de condutas que o reforçam aliada à dificuldade de manifestar-se oralmente em contexto formal, nos possibilitou visualizar um quadro com a proposta pedagógica de intervenção com vistas a fomentar a reflexão acerca do racismo religioso por meio do gênero textual debate e, conseqüentemente, tornar as aulas de Língua Portuguesa significativas e com possibilidade de mudar comportamentos e desenvolver aspectos formativos

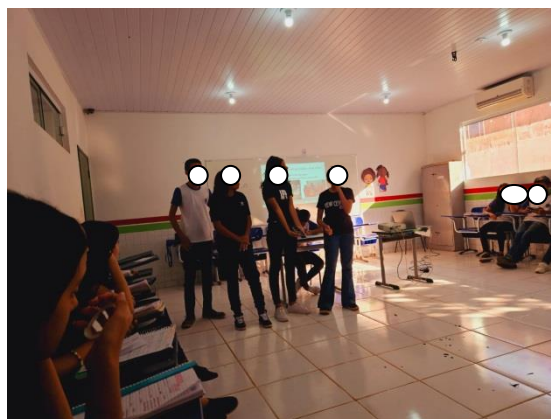
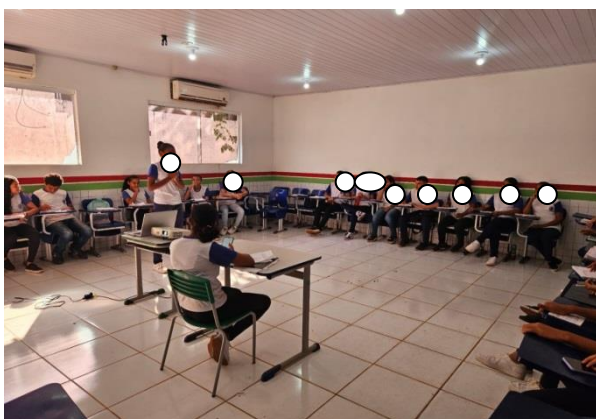
importantes para o desenvolvimento dos alunos. Dessa forma, foi possível pensar na organização da proposta de intervenção que segue.

6. PROPOSTA PEDAGÓGICA

Como já dissemos, o oral pode ser ensinado na escola e o debate é uma ferramenta importantíssima no sentido de proporcionar o desenvolvimento de uma atitude responsiva, de acordo com Bakhtin (2007), do aluno no processo de interação. Também falamos quão pernicioso o racismo religioso é para a vida do povo negro. Já apresentamos também que percebemos não só a dificuldade e o medo dos alunos em falar, em expressar sua opinião como também uma atitude racista diante do Tambor de Mina.

Dessa forma, considerando que o gênero debate faz parte dos conteúdos do oitavo ano, propomos o trabalho com o gênero debate amparado nos pressupostos de Dolz *et al.* (2004) tendo em vista que este gênero tem também grande relevância para o pleno desenvolvimento social do aluno.

A proposta em tela abordou, ao longo de onze encontros com tempo médio de 1h30min cada, a questão do racismo no Brasil, com enfoque no racismo religioso por meio da leitura e análise de textos diversos, vídeos, conversas e aula expositiva para que os alunos conhecessem a constituição racista histórica do nosso país e, a partir daí, fornecer o conhecimento necessário para debater o tema desenvolvido.



Realização do debate. Foto Tirada pelo autor, acervo da pesquisa de campo.

A estrutura da proposta se deu a partir da apresentação do racismo no Brasil, destacando o racismo religioso, por meio da leitura de textos e exposição dialogada com vistas a proporcionar aos alunos um panorama do tema desenvolvido; em seguida apresentamos por meio de vídeo e exposição em slides o gênero debate de modo que a turma pudesse reconhecer e compreender o gênero. Na etapa seguinte, retornamos ao tema do racismo religioso e para aprofundar a discussão apresentamos charges abordando essa forma de racismo e organizamos uma palestra com uma mãe de santo para aproximar ainda mais os alunos em relação ao tema debatido. A última etapa, a realização do debate, foi efetivada a partir da divisão da sala em três grupos onde dois (G_1 e G_2) fariam a apresentação de argumentos sobre o racismo religioso em relação ao Tambor de Mina e formas de combater essa prática e o terceiro (G_3) grupo ficou responsável por avaliar por meio de uma ficha de avaliação, em anexo, os outros dois grupos.

A organização da proposta, desse modo, aliou as seguintes dimensões: o tema do racismo religioso, conhecimento linguístico materializado no gênero debate e nos operadores argumentativos. Tal organização foi pensada com o intuito de sensibilizar os alunos em relação ao racismo religioso e, ao mesmo tempo, instigá-los a refletir e despertar a consciência crítica sobre o problema e também desenvolver a oralidade e argumentação por meio do uso consciente e reflexivo da língua.

PROPOSTA PEDAGÓGICA	
PÚBLICO-ALVO	Alunos do 8º Ano do Ensino Fundamental
CONTEXTUALIZAÇÃO DO GÊNERO	O gênero debate possibilita o desenvolvimento da oralidade e da capacidade argumentativa dos alunos, tornando-os aptos para agir responsivamente em relação ao uso da língua e à vida em sociedade.
NECESSIDADE PEDAGÓGICA	O Racismo é um mal que assola a sociedade brasileira e sob o viés religioso contribui para depreciação dos valores e cosmo percepção de mundo da população negra, reproduzindo ações de ódio em relação aos grupos que praticam religiões cuja origem remete à ancestralidade negra, como é o caso do Tambor de Mina.
COMPETÊNCIAS HABILIDADES DESENVOLVIDAS E	• Adoção de postura crítica em relação ao racismo religioso; • Conhecimento do gênero oral debate; • Desenvolvimento da capacidade de argumentar; • Uso responsivo da linguagem em situações de debate.
OBJETO CONHECIMENTO DE	Gênero Oral Debate
OBJETIVOS APRENDIZAGEM DE	• Compreender as estruturas racistas da sociedade brasileira; • Entender o racismo religioso como resultante do ódio em relação aos valores e representações de mundo da população negra; • Desenvolver a capacidade de argumentação do aluno para promover o combate ao racismo religioso. • Usar a língua em prol da defesa de um ponto de vista por meio da construção argumentativa consciente e reflexiva bem como pela escolha apropriada dos recursos linguísticos.
AValiação APRENDIZAGEM DA	Avaliação Formativa observando o desenvolvimento da turma ao longo do processo, considerando aspectos referentes às condutas assumidas, o conhecimento do tema proposto e também a compreensão e utilização apropriada do gênero trabalhado. Ao final do processo, com a realização do debate, fizemos uma avaliação conforme ficha avaliativa. (ANEXO III)
PLANO TÉCNICO	
TIPO DE ATIVIDADE	Leitura de textos sobre o Tambor de Mina e sobre o racismo religioso; exibição de vídeos de debates.
SEQUÊNCIA PROCEDIMENTOS DE	1. Leitura e análise de textos que abordem o racismo no Brasil e o racismo religioso em particular.

	2. Apresentação em slides da história e características e entidades cultuadas no Tambor de Mina do Maranhão. 3. Discussão coletiva dos textos analisados; 4. Exibição do vídeo 'O único debate entre Haddad e Bolsonaro', de Marcelo Adnet. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NF6JudB63yU 5. Identificação dos elementos de um debate e dos recursos linguísticos que caracterizam o gênero. 6. Exposição através de slides dos tipos de argumentos usados em um debate e uso de operadores argumentativos na construção da argumentação. 7. Exibição do vídeo Interfaces do Racismo: Racismo Religioso (disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ExYG4-M-rs) para abordar o debate acerca do racismo religioso. 8. Exposição de charges que abordam a temática do racismo religioso para estimular o debate sobre o tema desenvolvido; 9. Organização de uma palestra com uma Mãe de Santo que conversou sobre suas vivências e experiências como adepta do Tambor de Mina. 10. Organização do debate com divisão de grupos e orientações procedimentais. 11. Realização do debate.
RECURSOS FERRAMENTAS UTILIZADAS	E Aula expositivo-dialógica por meio de slides, exibição de vídeos com exemplos de debates e que discutiam o racismo religioso, leitura de textos(1. "Não existe racismo no Brasil. O que existe é coincidência. E azar" (disponível em blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br, 2. "Ossain, Dono das ervas e médico da religião africana no Brasil."), Exposição de charges.

Importante salientar que as atividades aplicadas ao longo desta Proposta Pedagógica mobilizaram também outros gêneros que se articulam ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem bem como a avaliação realizada foi desenvolvida ao longo do processo e também foram reproduzidas no Caderno Pedagógico resultante deste trabalho interventivo de modo a padronizar as ações.

6.1. APONTAMENTOS E REFLEXÕES SOBRE A PROPOSTA PEDAGÓGICA

Esta seção é dedicada à reflexão acerca das atividades desenvolvidas a fim de verificar o alcance da proposta e, conseqüentemente, dos objetivos deste trabalho. Já tratamos em momentos anteriores à importância de o professor refletir sobre a sua prática para, a partir dessa reflexão, verificar os efeitos da ação pedagógica nos sujeitos aprendentes. Refletir sobre a prática, sobre condutas sociais, sobre ações e estratégias aplicadas e analisar o produto do seu trabalho é imprescindível para que o professor não seja apenas repetidor de teorias que são apresentadas, mas possa também produzir conhecimento científico a partir da sua realidade. Foram feitos apontamentos breves, considerando o tempo curto para análise, para fins de consideração a respeito do trabalho aplicado.

No trabalho em questão, o que nos motivou a desenvolvê-lo foi, inicialmente, o reconhecimento do racismo religioso como uma chaga social, a violência perpetrada contra os cultos e representações religiosas da Mina maranhense. Buscamos também rever a nossa prática de modo a contribuir efetivamente para o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos, incentivando-os a romper o silenciamento seja em sala, seja em outras instâncias sociais estimulando a oralidade por meio de um debate.

Tendo como objeto de estudo o gênero oral debate, que está em consonância com o conteúdo de ensino do oitavo ano previsto no currículo escolar, buscamos fazer uso deste gênero de modo que os alunos compreendessem não somente as suas características e estrutura, mas, principalmente, aprendessem em situações

sociais reais de uso da língua, na tentativa de torná-los protagonistas do processo de ensino-aprendizagem. Como estratégia em relação à forma que habitualmente estávamos acostumados a trabalhar, a abordagem de um tema social antecedeu o objeto de ensino e o conteúdo gramatical. Dessa forma, o racismo religioso serviu como ponto de partida para o trabalho com o gênero debate e o uso dos operadores argumentativos como objeto de conhecimento visto sob uma ótica de um trabalho que prima pelo conhecimento e uso responsivo dos recursos linguísticos.



Realização do debate. Foto Tirada pelo autor, acervo da pesquisa de campo.

As atividades realizadas nos mostraram que é possível desenvolver uma prática pedagógica que torne os alunos protagonistas durante as aulas. Foi possível constatar que os alunos ficaram interessados em participar de atividades a partir de temas sugeridos por eles. O trabalho sistemático com o gênero debate, com dedicação de tempo e planejamento para seguir os passos necessários à compreensão do gênero estudado, ajudou os alunos a se sentirem mais à vontade para se manifestar oralmente, organizar a argumentação e compreender a importância do uso reflexivo da língua.

Para fins ilustrativos, fizemos recortes de falas dos alunos que representam a mudança de postura, comparada a fase inicial desta pesquisa, em relação ao Tambor de Mina bem como o uso adequado dos recursos linguísticos disponíveis para o desenvolvimento da argumentação. Como trabalharemos com a transcrição,

utilizaremos os critérios estabelecidos por Preti (2008)- ANEXO IV para transcrição dos fragmentos que forem necessários à exemplificação.

Os fragmentos de fala abaixo sobre o sobre racismo religioso nos ajudam a ter uma noção de como os alunos buscaram entender o tema:

A (G₁)- Eu vou falar o que é racismo religioso. É ::: não aceitar a religião da :: outra pessoa, os seus ritos, os seus guias ... com base na cor da pele.

A (G₂): Até atualmente, em 2023, pesquisas mostram que a:: média é 87,4%...() que já sofreram racismo religioso pela religião que ela segue, mas:: é... nem sempre é só pela religião que ela segue mas sim pelo fato de ela ser negra.

Os fragmentos apresentados acima mostram como os alunos conseguiram desenvolver a argumentação com a devida coleta de informações para fundamentar o ponto de vista defendido; buscaram dados para justificar o racismo religioso e combatê-lo e também fizeram uso coerente dos operadores argumentativos durante a sustentação.

A mudança de postura frente ao que trabalhávamos em que, como professor, permitimos que os alunos assumissem ativamente a condução dos trabalhos, possibilitando que desenvolvessem de modo reflexivo e autônomo sob nossa orientação, a organização do debate, a construção da argumentação e buscassem aprofundar o conhecimento para subsidiar os discursos proferidos de modo responsivo, nos deu uma dimensão do quanto é possível fazer para proporcionar a mudança que tanto almejamos na educação. Essa mudança promoveu o desenvolvimento da turma em várias dimensões ao mesmo tempo em que nos possibilitou vislumbrar novos horizontes de trabalho em sala de aula.

O uso de recursos e gêneros do discurso diversos e em diferentes suportes, como textos argumentativos, vídeos, slides ampliou, assim, o conhecimento da turma sobre os meios de comunicação dos gêneros e como estes se materializam em situações reais e cotidianas, oportunizando conhecer mais as diferentes formas de manifestação da língua. Destacamos ainda que quando planejamos as atividades, diferentemente de situações anteriores, o fizemos pensando no interesse

e nas possibilidades de desenvolvimento dos alunos a partir do tema proposto e do gênero trabalhado.

A realização de atividades em que a premissa de organização foi um problema social identificado a partir da observação em sala de aula, no caso o racismo religioso, e a mobilização do objeto de conhecimento, no caso o gênero oral debate, em função do problema social valendo-se dos recursos linguísticos, operadores argumentativos, interligados à construção da argumentação, utilizados em prol do processo de interação e não isolado e descontextualizado; nos mostrou quão importante é um trabalho pautado na reflexão sobre a nossa prática e voltado para a realidade na qual estamos inseridos.

Outrossim, importante considerar como a aplicação do projeto ajudou a mudar crenças e atitudes em relação ao Tambor de Mina. Podemos afirmar que a partir do conhecimento sobre a Mina, a maioria da turma mudou o olhar sobre as crenças e cultos afro-brasileiros de um modo geral. Além disso, corroborando o entendimento de ZABALLA (1998) em que o autor defende que o objeto de estudo deveria ser a vida e não apenas os conceitos formais, possibilitamos aos alunos que investigassem e levantassem informações acerca do racismo religioso usando os conteúdos de ensino em situações reais de interação.

Chamou-nos a atenção também a mudança de postura em relação à oralidade, pois foi nítido como os alunos, em sua maioria, perderam o medo de falar em público tendo como referência o microcosmo da sala de aula. Fizeram uso da fala com a preocupação de serem compreendidos, defendendo um ponto de vista o que, sob a nossa perspectiva, significou um avanço em relação à situação inicial; o que nos deixou satisfeitos com a aplicação da proposta. É importante destacar, contudo, que esse desenvolvimento não foi uniforme e linear tampouco ocorreu sem percalços, pois a idade do grupo que participou do projeto acarreta limitações inerentes ao desenvolvimento cognitivo característico da idade tendo em vista, dessa forma, que não pretendemos formar com base nas ações realizadas mestres da argumentação, mas sim pessoas conscientes do seu papel social e da sua capacidade de agir no mundo através da linguagem.

A partir de parâmetros estabelecidos por nós (ANEXO III), o Grupo 3 foi o responsável por avaliar o debate a fim de identificar a abordagem ao tema proposto

e os elementos do debate e objeto de linguagem usados pela turma e, ao final do processo, fizemos uma autoavaliação oral com os alunos em que o relato abaixo, para fins ilustrativos, nos dá uma dimensão da importância do projeto desenvolvido.

“Tinha medo demais de falar na sala, medo de errar e as pessoas rirem de mim. (...) fiquei nervosa no começo de debate, mas depois que comecei fiquei mais tranquila pra falar do que penso (...), foi bom também porque entendi mais do Tambor de Mina e do racismo religioso. Espero que o senhor faça mais trabalhos assim.”

O relato acima nos mostra algo normal, o medo em situações e contextos em que não são habituados e nos revela como um processo devidamente planejado e organizado consegue mudar realidades, visões e condutas proporcionando que os alunos sejam capazes de desenvolverem-se não só cognitivamente, mas também ética e socialmente. A nossa prática a partir das reflexões suscitadas ao longo desse processo certamente sofrerá mudanças para vislumbrarmos sempre os interesses dos alunos, dando a eles autonomia para pesquisar e produzir conhecimentos. Com certeza outros debates virão.

A turma conheceu mais sobre o Tambor de Minha como manifestação religiosa oriunda do povo negro e marcante no estado do Maranhão; ao longo do processo sensibilizou-se em relação ao racismo religioso e as consequências nefastas dessa prática não só para as comunidades de Terreiros como também para a sociedade em geral. Os alunos mostraram-se também conscientes de como se construiu e ainda permanece o racismo religioso e como esses valores são transmitidos socialmente tanto por meio de brincadeiras e palavras ofensivas associadas ao Tambor de Mina e suas entidades como também em ações diretas de ataque, violência e perseguição aos Terreiros.

Apesar de, em um primeiro momento, apresentar um olhar racista sobre o Tambor de Mina, é muito importante destacar que todos os alunos mostraram-se sensíveis a tentar compreender melhor o assunto e, com isso assumirem outras convicções sobre o tema; fato que contribuiu muito para o desenvolvimento do trabalho além de terem perdido gradativamente o medo de se expressar em situações formais e públicas de uso da linguagem.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer uma abordagem metodológica de ensino de LP que trate do racismo religioso por meio gênero oral debate é uma mudança de perspectiva importante ao processo de ensino; criar situações de estímulo aos alunos a (re)agir através da linguagem diante de discursos proferidos ou situações vivenciadas, adotando posicionamentos sociais reflexivos e responsivos quanto ao uso da língua é essencial para o desenvolvimento completo de crianças e adolescentes; assim, acreditamos que tenhamos trilhado um caminho para ajudar no enfrentamento dessas questões que do ponto de vista ético, social, linguístico e cognitivo são extremamente importantes. Enfrentar o racismo seja qual for a sua máscara, como é o caso do racismo religioso, é fundamental para a construção de uma sociedade melhor e o gênero debate demonstra o caráter abrangente, flexível e cidadão da língua, ampliando a capacidade de atuação dos alunos contemplados com essa proposta.

Quando consideramos as diretrizes do PROFLETRAS, programa de mestrado ao qual este projeto está inserido, no que concerne ao fato de que a investigação deve estar vinculada a um problema da realidade escolar do mestrando, podendo ser de natureza interventiva; acreditamos que tenhamos alcançado esse propósito tendo em vista as ações desenvolvidas ao longo do processo de aplicação do projeto, as dificuldades identificadas inicialmente que foram enfrentadas com resultados muito positivos quanto ao desenvolvimento da turma onde aplicamos as atividades.

Acreditamos que o principal objetivo pretendido quando pensamos neste projeto, qual seja poder dar uma parcela de contribuição para o combate ao racismo religioso por meio do gênero debate tenha sido alcançado. Obviamente, esse alcance não ocorreu uniforme e linearmente, pois tivemos percalços ao longo do caminho e um trabalho que se propõe a abordar tema tão sensível quanto o racismo religioso requer uma ação contínua para que as mudanças sejam refletidas no todo social. O silêncio identificado nas conversas iniciais e a postura racista revelada por alguns alunos nos primeiros momentos do trabalho nos dão a dimensão da importância de ações como essa para o combate ao racismo religioso. De modo

geral, a turma avançou algumas casas quanto ao reconhecimento e enfrentamento do racismo religioso bem como quanto ao domínio de elementos do debate necessários para que sejam ativos no processo de interação. Os obstáculos enfrentados ao longo do percurso, como as mudanças no calendário letivo, as dificuldades de transporte que tornava difícil reunir todos os alunos para a aplicação do projeto, escancaram a realidade da escola pública mesmo quando nos propomos a desenvolver ações que ajudem na melhoria da aprendizagem e reforçam a importância do nosso papel como professor a despeito das adversidades encontradas. Precisamos de mais tempo e mais atividades não só em uma turma, mas em toda a escola, com o envolvimento de toda a comunidade para efetivação desse movimento de combate ao racismo religioso.

Dada a natureza reflexiva da pesquisa-ação, a aplicação da proposta foi formulada e reformulada à medida que caminhávamos e nos deparávamos com situações não previstas inicialmente como, por exemplo, a grande dificuldade de os alunos falarem quando exigidos, a dificuldade de leitura de textos que exigiam maior capacidade de análise, o fato de alguns alunos não possuírem o conhecimento de leitura apropriado a idade/série; nos fez pensar em ações que permitissem que, mesmo com dificuldade, todos os alunos participassem da realização do projeto.

Não podemos deixar de discutir, a partir da observação da realidade e do interesse da turma, assuntos que gerem reflexão a respeito de problemas sociais de modo a considerar formas de enfrentar e resolver esses problemas. A partir da identificação de problemas e necessidades identificadas, traçar estratégias de abordagem dos conteúdos de ensino e objetos de conhecimento tornará o ensino significativo e com resultados positivos quanto à disposição da turma em querer aprender. Dessa forma, quando fazemos a análise do processo interventivo como um todo, incorremos em erros ao longo do processo, mas o saldo de maneira geral foi muito proveitoso. Há muito a ser feito, há muito a ser aprendido, todavia um passo foi dado e muito foi alcançado ao longo dessa trajetória.

A partir desta experiência, nos tornamos mais conscientes da nossa responsabilidade profissional, aprendemos que é importante observar e refletir sobre a realidade material e dos problemas que nos circundam tanto na escola, a partir

das necessidades da turma, como na sociedade e que interferem na formação social. Tornar os alunos sujeitos efetivamente ativos do processo de aprendizagem, ouvir suas histórias e torná-los protagonistas foi outro aspecto positivo que aprendemos a partir do trabalho desenvolvido.

O percurso trilhado ao longo desta pesquisa nos permite afirmar que a promoção do ensino de Língua Portuguesa que favoreça o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, aliando-se à adoção de condutas sociais que respeitem a diversidade e reconheçam como legítimas as diversas manifestações de caráter sociocultural é uma tarefa árdua, mas extremamente necessária, sobretudo, se considerarmos o contexto atual da democracia e da sociedade brasileira.

Nesse sentido, ao criarmos ações que levaram os alunos a compreender o racismo religioso, os efeitos nocivos dessa prática na sociedade, a forma como reverbera em violência verbal e física contra o modo de vida de uma parcela considerável da população, marginalizando com base em critérios raciais a cosmo percepção, a história e modo de lidar com o sagrado do povo negro foi uma experiência extremamente positiva. Além disso, estimular o uso da língua oral, a capacidade de argumentação por meio de debate foi fundamental para o desenvolvimento social e linguístico dos alunos; dessa forma, o trabalho que desenvolvemos foi de grande importância para alcançar esses objetivos.

Este trabalho nos aponta caminhos, amplia horizontes para o desenvolvimento de novas ações em que o ensino seja pautado a partir da reflexão sobre a nossa prática em uma construção dialética onde os caminhos traçados sejam vistos e revistos de acordo com o desenvolvimento alcançado ao longo do percurso. A turma ficou mais atenta e vigilante às posturas racistas identificadas na própria escola; foi possível perceber que todos os alunos tornaram-se predispostos a aprender mais sobre o Tambor de Mina e também ficaram mais ativos e participativos nas aulas. Falhas ocorreram ao longo do processo, mas foi nítida a melhoria no interesse e na participação da turma e, com isso, alcançamos os objetivos propostos quando concebemos esse trabalho, ainda que não de modo integral. Temos consolidado o entendimento da necessidade de enfrentamento do racismo na sala de aula tendo em vista o papel da escola na promoção de uma

formação holística, que priorize não apenas os conteúdos formais, mas que possibilite ao aluno formação integral.

Outras ações como essa virão. As mudanças que sentimos na postura dos alunos, o papel que assumiram ao longo do processo, as reflexões que tivemos acerca da necessidade de mudar a nossa prática foram outros pontos positivos que destacamos ao longo dessa jornada.

Para um frequentador de Terreiros de Mina vislumbrar um horizonte em que o racismo religioso seja enfrentado na escola é um grande alento diante de um cenário em que as perspectivas de mudança são escassas. Saímos diferentes desse trabalho. Saímos pessoas e profissionais melhores. Acreditamos que foi possível dar uma parcela de contribuição, mesmo que pequena, para mudança social, para que os alunos sejam capazes de enfrentar o racismo religioso e também sejam ativos compreendendo a importância dos recursos linguísticos no processo de interação.

Sabemos que o racismo religioso não acabará com apenas esse trabalho, mas acreditamos que ações como essas são decisivas para que as mudanças maiores ocorram.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA; Maria I. Silva de. **O campo educacional no combate ao racismo religioso**. Produto Educacional. Mestrado Profissional em Educação, URCA- 2022.

ANTUNES; Irandé. **Aula de Português- encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO; Marcos. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística. *In*: BAGNO; Marcos. GAGNÉ; Gilles. STUBBS; Michael. **Língua Materna, Letramento, Variação e Ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BAKHTIN; Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BARBOSA; Afrânio Gonçalves. Saberes Gramaticais na Escola. *In*: VIEIRA; Silvia R. V. BRANDÃO; Silvia F. B.(orgs). **Ensino de Gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2009.

BARROSO; Terezinha. **Gênero textual como objeto de ensino**: uma proposta de didatização de gêneros do argumentar. *SIGNUM: Estu. Ling.*; Londrina, n. 14, p. 135-156, dez 2011.

BENTO; Cida. **O pacto de branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BONINI; Adair. COSTA-HÜBES; Terezinha da Conceição. O contexto de produção da Base Nacional Comum Curricular: cenas de bastidores. *In*: COSTA-HÜBES; Terezinha da Conceição. KRAEMER; Márcia Adriana(org). **Um leitura crítica da Base Nacional Comum Curricular**: compreensões subjacentes. Campinas: Mercado das Letras, 2019

BORTONI-RICARDO; Stella Maris. **Educação em Língua Materna. a Sociolinguística na Sala de Aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO; Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BORTONI-RICARDO; Stella Maris. **Português brasileiro, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2021.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

CALLOU; Dinah. Gramática, Variação e Ensino. *In*: VIEIRA; Silvia R. V. BRANDÃO; Silvia F. B.(orgs) **Ensino de Gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2009.

CAMURÇA; Marcelo. RODRIGUES; Ozaias da S. **O debate acerca das noções de ‘intolerância religiosa’ e ‘racismo religioso’ para a compreensão da violência contra as religiões afro-brasileiras**. Revista OQ: dossiê racismo religioso, cuidado e comunidades negras tradicionais. Ano 05, n. 6, janeiro de 2022, p. 5-30.

CARNEIRO; Sueli. **Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser com fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARVALHO; Robson dos Santos de. FERRAREZI Jr. Celso. **Oralidade na Educação Básica: o que saber, como ensinar**. São Paulo: Parábola, 2018.

CASTILHO; Ataliba Teixeira de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 2009.

DANTAS; Sônia Alves. MARINE; Talita de Cássia. O espaço da oralidade no ensino de língua portuguesa: possibilidades e desafios com o relato pessoal. *In*: MAGALHÃES; Tânia. CRISTOVÃO; Vera(org). **Oralidade e ensino de Língua Portuguesa**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

ENGEL; Guido Irineu. Pesquisa-ação. Educar, Curitiba, n. 16, p. 181-191. 2000. Editora da UFPR.

FARACO; Carlos Alberto. Norma Culta brasileira: contribuições e ensino. *In*: ZILLES; Ana Maria S. FARACO; Carlos Alberto(org). **Pedagogia da Variação Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

FERNANDES; Nathália V. E. **A DISCRIMINAÇÃO CONTRA RELIGIÕES AFROBRASILEIRAS, UM DEBATE ENTRE INTOLERÂNCIA E RACISMO RELIGIOSO NO ESTADO BRASILEIRO**. Revista Calundu –Vol.5, N.2, Jul-Dez 2021.

FERRAREZI Jr. Celso. **Pedagogia do Silenciamento. a Escola Brasileira e o Ensino de Língua Materna**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

FERRETI; Mundicarmo. **Desceu na guma: o caboclo no Tambor de Mina em um terreiro de São Luís- a casa Fanti- Ashanti**. EDUFMA. 2. ed. 2000.

FERRETI; Mundicarmo. **Tambor de Mina m São Luís: dos registros da Missão de Pesquisas Folclóricas aos nossos dias**. Revista Pós Ciências Sociais. São Luís. v.3, n.06, julho/dezembro de 2006.

FERRETI; Mundicarmo. **A mina maranhense, seu desenvolvimento e suas relações com outras tradições afro-brasileiras**. *In*.: MAUÉS, R. e VILLACORTA, G. Pajelança e religiões afro-brasileiras. Belém: EDUFPA, 2008.

FERRETI; Sérgio. **Querebentã de Zomadônu: etnografia da casa das Minas do Maranhão**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

GALARZA; Débora Karan. Aulas de Português, construção de conhecimento e interação. *In*: ZILLES; Ana Maria S. FARACO; Carlos Alberto(org). **Pedagogia da Variação Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

GERALDI; João Wanderley. **A aula como acontecimento**. São Paulo: Pedro e João Editores, 2015.

GNERRE. Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.(Coleção linguagem)

GÖRSKI. Edair M. COELHO. Izete Lehnkuhl. **Variação Linguística e Ensino de Gramática**. Work Paper Linguísticos; v.10(1): 73-91, Florianópolis, jan-jul, 2009.

KOCH; Ingedore G. V. **A inter-ação pela linguagem**. 11. ed. São Paulo: Contexto 2023.

KRAEMER; Márcia Adriana D. LUNARDELLI; Mariângela G. COSTA-HÜBES; Terezinha da Conceição. A linguagem e sua natureza dialógica. *In*: FRANCO; Neil; PEREIRA; Rodrigo Acosta; COSTA-HÜBES; Terezinha da Conceição(orgs). **Estudos Dialógicos da Linguagem: reflexões teórico - metodológicas**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

LOURENÇO; José Manuel. MONTEIRO; Sara Faria. **INVESTIGAÇÃO-ACÇÃO: PRINCÍPIOS GERAIS**. Metodologia da Investigação I, 2004/2005. DEFCUL.

LÜDKE; Menja. ANDRÉ; Marli. E. D. **Pesquisa em educação abordagens qualitativas**, 1986.

MARCUSCHI, L. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCUSCHI; Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2010.

MEIRELES; Marinelma. **Tráfico transatlântico e procedências africanas no Maranhão setecentista**. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2006.

NASCIMENTO; Gabriel. **Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramentos, 2019.

NASCIMENTO; W.F. **Sobre os candomblés como modo de vida: imagens filosóficas entre África e Brasil**. Ensaio Filosóficos, v. 13. p. 153-170. Ago-2016.

OLIVEIRA; Ariadne Moreira B. **Religiões afro-brasileiras e o racismo: contribuição para a categorização do racismo religioso**. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2017.

OLIVEIRA; Fernanda L. de. **Uma experiência de ressignificação do papel da gramática na aula de Português: mudanças nas abordagens, nos recursos e nas crenças do professor**. Dissertação de Mestrado- PROFLETRAS: Juiz de Fora, 2019.

OLIVEIRA; Patrícia Tavares C.O. COSTA-MACIEL; Débora Amorim G. Operadores Argumentativos no contexto do debate regrado: escutando o docente a respeito das propostas de ensino presentes no livro didático. *In*: MAGALHÃES; Tânia. CRISTOVÃO; Vera(org). **Oralidade e ensino de Língua Portuguesa**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

PEREIRA. Rodrigo A. COSTA-HÜBES. Terezinha da Conceição. Sobre a análise da língua: considerações em Bakhtin e Volochínov. *In*: PEREIRA. Rodrigo A. COSTA-HÜBES. Terezinha da Conceição.(org). **PRÁTICAS DE ANÁLISE LINGUÍSTICA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021.

PINHEIRO; Bárbara Carine. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta Brasil, 2023.

POLATO; Adriana D. M. MENEGASSI; Renilson José(org). **Prática de Análise Linguística nas Aulas de Língua Portuguesa**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021.

POSSENTI; Sírio. Sobre o ensino de Português na escola. *In*: GERALDI; João Wanderley(org). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Anglo, 2012

PRETI, D. (org.). **Diálogos na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2008.

RIBEIRO; Roziane Marinho. **A construção da argumentação oral no contexto de ensino**. São Paulo: Cortez, 2009.

ROSA; Maria do Livramento G. **Oralidade e ensino: uma proposta de trabalho com o gênero oral público debate nas aulas de língua portuguesa**. Dissertação de Mestrado. Uberlândia, 2020.

ROSSI; João Carlos. SOUZA; Andreia Cristina. Concepções de Linguagem na BNCC: reflexões para o ensino de Língua Portuguesa. *In*: COSTA-HÜBES; Terezinha da C. KRAEMER; Márcia Adriana(org). **Uma leitura da Base Nacional Comum Curricular: compreensões subjacentes**. Campinas: Mercado das Letras, 2019.

SANTOS; Thiago Lima dos. **Maranhão Terra de Pajé: a pajelança em São Luís do Maranhão nas passagens do século XIX para o século XX.** Tese de Doutorado. São Luís, 2017.

SCHNEUWLY; Bernard. DOLZ; Joaquim. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. *In*: SCHNEUWLY; Bernard. DOLZ; Joaquim (org). **Gêneros orais e escritos na escola.** Trad. Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeio. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SCHNEUWLY; Bernard. DOLZ; Joaquim. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita- elementos para reflexões sobre uma experiência suíça(francófona). *In*: SCHNEUWLY; Bernard. DOLZ; Joaquim (org). **Gêneros orais e escritos na escola.** Trad. Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeio. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SCHNEUWLY; Bernard. DOLZ; Joaquim. NOVERRAZ; Michèle. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. *In*: SCHNEUWLY; Bernard. DOLZ; Joaquim (orgs). **Gêneros orais e escritos na escola.** Trad. Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeio. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SCHNEUWLY; Bernard. DOLZ; Joaquim; PIETRO; Jean François de. A exposição oral. *In*: SCHNEUWLY; Bernard. DOLZ; Joaquim (org). **Gêneros orais e escritos na escola.** Trad. Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeio. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SILVA; Anairan Jerônimo da. **O léxico do tambor de mina:** uma proposta de glossário da linguagem afro-religiosa em São Luís. Dissertação de Mestrado. UFCE, 2009.

SILVA; Gracilene Barros da. **O gênero debate no ensino fundamental:** uma vivência de ensino-aprendizagem mediada por sequências didáticas. João Pessoa, 2015. Dissertação de Mestrado/PROFLETRAS.

SIQUEIRA. Maria Aparecida. **O ensino de gramática a partir da língua em uso:** por uma prática voltada ao desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos. Dissertação de Mestrado.

SODRÉ; Muniz. **O fascismo da cor:** uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023

THIOLLENT; Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.

TRAVAGLIA; Luiz Carlos. **Gramática e Interação**: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Silvia R. BRANDÃO, Silvia F. **Ensino de gramática**: descrição e uso. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

VOLÓCHINOV; Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico**: problemas fundamentais no método sociológico da linguagem. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova. São Paulo: Editora, 2021, p. 34.

SANTOS; Ivanir dos. DIAS; Bruno Bonsanto. SANTOS; Luan Costa Ivanir dos. II **Relatório sobre intolerância religiosa**: Brasil, América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: CEAP, 2023.

Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/racismo-religioso-cresce-no-pais-prejudica-negros-e-corroi-democracia>>Acessado em 01/12/2023.

SOUZA, Jessé. Como o racismo criou o Brasil. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

ZABALA; Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Trad. Ermani F. da Rosa-Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ANEXO I

Autorização da Escola

Colégio "Domingos Pereira" e Extensão
 localizada em: R. 902/903-000 - 1º ao 9º And.
 Educação Infantil - Ensino Fundamental - Jubaia - RJ
 Rua da Terra - Associação de Jovens - Jubaia - RJ
 Rua Saneamento Rural - S/N, Bairro Pira
 Pinheiro - MA

AUTORIZAÇÃO

Eu, Carla Graciella Costa diretor (a) da Escola Municipal Domingos Pereira, autorizo a realização do projeto "O gênero debate como ferramenta para discutir variação linguística e racismo religioso nos pontos do Tambor de Mina em uma turma do oitavo ano do Ensino Fundamental", da Universidade Federal do Pará, coordenado pelo Prof Vandenberg Pereira Araújo, vigente no período de 21/03/22 a 25/02/2024, com início da realização da pesquisa de campo para coleta de dados a partir de fevereiro de 2023.

Estou ciente de que a pesquisa tem como objetivo analisar os fatores que influenciam na adoção de condutas preconceituosas em relação a determinadas variantes da língua; e compreender as manifestações religiosas de matriz africana e suas marcas de oralidade como instrumentos de resistência e identidade para grupos historicamente marginalizados.

Piracema 22/02/2023

Carla Graciella Costa

Assinatura do(a) diretor(a)

Carla Graciella Costa
 Diretora Geral
 Portaria nº 204/2023
 Colégio "Domingos Pereira" e
 Rua Saneamento Rural, S/N - Piracema

Nome do Pesquisador Responsável:
 Vandenberg Pereira Araújo
 Endereço: Travessa do Bate Papo,
 Residencial Pinheiros, n. 05, Enseada,
 CEP: 65200-000,
 Pinheiro-MA
 Fone: (98) 98837-1756
 E-mail: vandenberg.araujo@ifma.edu.br

CNS 466/12, que estabelece o respeito à dignidade humana como requisito para a execução de qualquer pesquisa envolvendo seres humanos.

Acreditamos que a pesquisa trará benefícios aos participantes, haja vista que, por meio das atividades e da proposta de intervenção pedagógica implementada em sala de aula, que visa trabalhar a Língua Portuguesa de forma mais significativa, os alunos poderão apresentar melhor desempenho nas aulas, assim como melhorar sua proficiência na leitura e na escrita.

Ressaltamos que os dados coletados poderão ser publicados e divulgados, com finalidades exclusivamente científicas e acadêmicas, em qualquer forma (artigos, livros, revistas, apresentações orais em congressos e eventos similares etc.), ficando a escola e a identidade dos alunos totalmente preservadas, em respeito à Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

O presente Termo de Autorização possui e-mail, contato telefônico e endereço do pesquisador responsável e está em duas vias de igual teor e forma. Uma via será fornecida à escola e a outra será arquivada por cinco anos pelo pesquisador responsável, junto aos textos e atividades coletados, no Campus de Belém da Universidade Federal do Pará, e, após o referido prazo, será destruído.

Caso tenha dúvidas ou queira solicitar novas informações sobre a pesquisa, você pode entrar em contato, agora ou a qualquer momento, com a pesquisadora responsável.

Colégio "Domingos Pereira" e Extensão
 localizada em: R. 902/903-000 - 1º ao 9º And.
 Educação Infantil - Ensino Fundamental - Jubaia - RJ
 Rua da Terra - Associação de Jovens - Jubaia - RJ
 Rua Saneamento Rural - S/N, Bairro Pira
 Pinheiro - MA

ANEXO II

Parecer Comitê de Ética

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O gênero debate como ferramenta para discutir variação linguística e racismo religioso nos pontos do Tambor de Mina em uma turma do oitavo ano do Ensino Fundamental

Pesquisador: VANDEBERG PEREIRA ARAUJO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 71261423.0.0000.0018

Instituição Proponente: Instituto de Letras e Comunicação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.341.055

Apresentação do Projeto:

A pesquisa está sendo realizado no Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, da Universidade Federal do Pará, e tem como objetivo a escuta de 27 alunos partícipes da pesquisa assistindo às aulas, participando ativamente do debate por meio da construção e exposição de pontos de vista, realizando as atividades contidas na proposta de intervenção. O pesquisador desenvolverá a proposta em sala de aula e, no decorrer do trabalho, fará a coleta de dados para subsidiar a realização do trabalho. Ou seja, Considera a necessidade de que a temática da variação linguística precisa ser abordada de forma efetiva no ensino de Língua Portuguesa; somando-se a isso o fato de que há uma forte associação entre o preconceito linguístico e o religioso, sobretudo, quando nos referimos às religiões de matriz africana. A pesquisa se dará por meio do debate oral em uma turma do oitavo ano do Ensino Fundamental.

Objetivo da Pesquisa:

Promover a reflexão acerca dos usos da língua como instrumento de reforço a condutas preconceituosas e racistas, valorizando a variação linguística como mecanismo inerente à linguagem.

Identificar os elementos de preconceito e racismo na língua; Promover o respeito às manifestações

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.			
Bairro: Guamá		CEP: 66.075-110	
UF: PA	Município: BELEM		
Telefone: (91)3201-7735	Fax: (91)3201-8028	E-mail: cepccs@ufpa.br	

**UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ**



Continuação do Parecer: 6.341.055

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2137595.pdf	12/07/2023 14:58:49		Aceito
Cronograma	Cronograma_atual.pdf	10/07/2023 10:00:47	VANDEBERG PEREIRA ARAUJO	Aceito
Folha de Rosto	folha_atual.pdf	10/07/2023 09:59:56	VANDEBERG PEREIRA ARAUJO	Aceito
Outros	Termo_de_aceite_do_orientador_Vandenberg_Pereiraassinado.pdf	04/07/2023 15:38:37	VANDEBERG PEREIRA ARAUJO	Aceito
Outros	termo_de_compromisso_pesquisador.pdf	20/06/2023 09:57:57	VANDEBERG PEREIRA ARAUJO	Aceito
Outros	Termo_de_assentimento.pdf	20/06/2023 09:56:15	VANDEBERG PEREIRA ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_esclarecido_atual.pdf	20/06/2023 09:53:38	VANDEBERG PEREIRA ARAUJO	Aceito
Outros	Isencao_de_onus.pdf	19/06/2023 10:29:35	VANDEBERG PEREIRA ARAUJO	Aceito
Outros	Autorizacao.pdf	19/06/2023 10:23:29	VANDEBERG PEREIRA ARAUJO	Aceito
Outros	Carta.pdf	19/06/2023 10:11:15	VANDEBERG PEREIRA ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo.pdf	12/05/2023 17:11:38	VANDEBERG PEREIRA ARAUJO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.pdf	12/05/2023 17:02:12	VANDEBERG PEREIRA ARAUJO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 03 de Outubro de 2023

Assinado por:
Wallace Raimundo Araujo dos Santos
(Coordenador(a))

ANEXO III
Ficha de Avaliação

DEBATENDO O RACISMO RELIGIOSO
AVALIAÇÃO DO TEMA

CrITÉRIOS de Avaliação	Firmeza*	Segurança*	Encruzo*
O debate abordou aspectos do Racismo Religioso?			
O debate abordou o Tambor de Mina?			
Foram apresentados dados e informações que ajudaram a entender o tema?			
O desenvolvimento da argumentação ajudou a compreender o tema?			
Houve compreensão e sensibilização ao tema e respeito à opinião divergente?			

Os debatedores se posicionaram criticamente e adotaram postura de enfrentamento ao Racismo Religioso?			
Os debatedores conseguiram fixar a atenção do público durante o debate?			
AVALIAÇÃO DO GÊNERO			
Os discursos realizados estavam de acordo com o gênero debate (formalidade, postura, adequação linguística)?			
Os argumentos utilizados estavam devidamente fundamentados nos tipos de argumentos apresentados nas aulas?			
Os argumentos apresentados foram feitos de acordo com os movimentos argumentativos (aceitação, negociação e refutação)?			
O debate atendeu ao propósito comunicativo de discutir o racismo			

religioso?			
AVALIAÇÃO DO CONTEÚDO DE LINGUAGEM			
Os argumentos foram sustentados de acordo com os tipos argumentativos (autoridade, histórico, comparativo, etc)?			
Os operadores argumentativos foram usados de modo coerente e usados para a construção argumentativa?			
Os operadores foram usados de modo coerente aos movimentos argumentativos?			

Observação: Os termos destacados como elementos de avaliação fazem menção à etapas de iniciação no Tambor de Mina.

ANEXO IV

NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO

OCORRÊNCIAS Incompreensão de palavras ou segmentos	SINAIS ()	EXEMPLIFICAÇÃO* do nível de renda... () nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Entonação enfática	Maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	::podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os... éh ::: ... o dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos do Transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático		...a demanda de moeda - - vamos dar essa notação - - demanda de moeda por motivo

* Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP nº 338EF e 331D?.